

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências da Administração

LEONARDO SPYRÍDES BOABAID ZUPAN

PROJETO DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA PARA ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

FLORIANÓPOLIS, 2009

LEONARDO SPYRÍDES BOABAID ZUPAN

PROJETO DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA PARA ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Administração, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientação: Prof. Pedro Moreira Filho, Msc.

FLORIANÓPOLIS, 2009

LEONARDO SPYRÍDES BOABAID ZUPAN

**PROJETO DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Este trabalho de conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em __/__/2009.

Prof. Dr. Rudimar Antunes da Rocha
Coordenador de Estágios

Apresenta à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof. Pedro Moreira Filho, Msc.
Orientador

Prof. Dr. Luiz Salgado Klaes
Membro

Prof. Dr. Maurício Serva
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por proporcionar-me muito mais do que mereço, pela força para superar minhas dificuldades e manter perto de mim as pessoas mais importantes da minha vida.

Aos meus pais Zvonimir e Lylian, pela incansável demonstração de amor incondicional que recebo todos os dias;

À minha irmã Karen, pelo seu carinho e pela importância que tem, principalmente nas horas em que mais preciso;

À minha γιαγιά Déspina, pelo exemplo de valores e sabedoria que representa em minha vida e à avó Cecília, que mesmo morando longe, sempre me guarda uma palavra de carinho e estímulo;

Ao meu orientador, Prof. Pedro Moreira Filho, Msc., por sua dedicação, confiança e grande amizade demonstrada.

Aos meus amigos de infância Gustavo, João, Bruno, Luana, Gogui e Rausis por mostrar-me, durante mais de uma década, o significado da palavra amizade;

Aos meus colegas Gabriel, Luis Filipe, Mateus, Pedro Henrique e Diogo, entre outros, pelos grandes momentos vividos na universidade e fora dela e a todos colegas de curso que me acolheram como irmão desde o primeiro dia de aula.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina pelo esforço em proporcionar-nos um ambiente agradável de estudo;

Ao Colégio Catarinense e seus professores, por abrirem suas portas para o meu estudo e pela atenção e o carinho que sempre tiveram por mim;

Aos funcionários da Zupan Ind. de Hidro-Pneumáticos Ltda., por contribuírem para o meu desenvolvimento pessoal todos os dias em minha jornada de trabalho;

Finalmente, a todos que porventura não tenham sido citados, mas que sabem da sua importância nesta caminhada, o meu muito obrigado.

*“E assim, depois de muito esperar, num dia como outro qualquer, decidi triunfar...
Decidi não esperar as oportunidades e sim, eu mesmo buscá-las.
Decidi ver cada problema como uma oportunidade de encontrar uma solução.
Decidi ver cada deserto como uma possibilidade de encontrar um oásis.
Decidi ver cada noite como um mistério a resolver.
Decidi ver cada dia como uma nova oportunidade de ser feliz.
Naquele dia descobri que meu único rival não era mais que minhas próprias
limitações e que enfrentá-las era a única e melhor forma de superá-las.
Naquele dia, descobri que eu não era o melhor e que talvez eu nunca tivesse sido.
“Deixei de me importar com quem ganha ou perde.
Agora me importa simplesmente saber melhor o que fazer.
Aprendi que o difícil não é chegar lá em cima, e sim deixar de subir.
Aprendi que o melhor triunfo é poder chamar alguém de “amigo”.
Descobri que o amor é mais que um simples estado de enamoramento,
“o amor é uma filosofia de vida”.
Naquele dia, deixei de ser um reflexo dos meus escassos triunfos passados
e passei a ser uma tênue luz no presente.
Aprendi que de nada serve ser luz se não iluminar o caminho dos demais.
Naquele dia, decidi trocar tantas coisas...
Naquele dia, aprendi que os sonhos existem para tornar-se realidade.
E desde aquele dia já não durmo para descansar...
simplesmente durmo para sonhar”.*

Walter Disney

ZUPAN, Leonardo Sphyrides Boabaid. **Projeto de Pesquisa sobre Educação Financeira para crianças do Ensino Fundamental. 2009.** 97f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

No sistema capitalista no qual estamos inseridos, o dinheiro é um bem necessário para a sobrevivência de qualquer indivíduo.

As pessoas trabalham para ganhar dinheiro, porém, sabemos que nossa vida útil produtiva na sociedade é limitada e em certo ponto da vida, precisaremos utilizar os recursos poupados anteriormente, para que possamos ter um padrão de vida digno.

É este o foco do projeto, ou seja, aliar os fatos históricos da economia, como a história da moeda desde sua criação, remetendo posteriormente ao cenário atual, para facilitar o entendimento de como agiram os atores envolvidos no mercado financeiro durante sua história e como se proteger contra os riscos que são resultado de investimentos precipitados. Por meio de ferramentas financeiras e contábeis, demonstradas de uma forma simplificada e funcional, é alcançado o objetivo principal do estudo, que consiste em desenvolver uma nova metodologia de ensino de Educação Financeira para as crianças do Ensino Fundamental.

Com o uso de métodos estatísticos, caracterizando a pesquisa quantitativa, foram analisadas as variáveis qualitativas obtidas durante a fase de entrevistas por meio de questionários a todos os alunos matriculados nos sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental no Colégio Catarinense.

A partir deste momento, pode-se ter uma idéia do nível de familiarização dos alunos com o universo das finanças, facilitando assim o desenvolvimento de um material focado nas necessidades registradas pelos alunos durante a pesquisa.

Por fim, foi desenvolvido um manual de finanças pessoais para os alunos desta faixa etária, com conceitos fundamentais sobre investimentos, seus tipos e características, junto a planilhas que facilitam entender, por exemplo, o funcionamento das alíquotas do imposto de renda, como funciona a capitalização dos juros e como fazer seu planejamento financeiro pessoal.

Palavras-chave: educação financeira infanto-juvenil, finanças pessoais, investimentos.

ZUPAN, Leonardo Sphyrides Boabaid. **Projeto de Pesquisa sobre Educação Financeira para crianças do Ensino Fundamental. 2009.** 97 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ABSTRACT

In the capitalist system in which we live in, money is necessary for the survival of any person. At some point our capacity for productivity slows down. Therefore, in order to have a decent standard of living, we need to spend what we have saved over the years.

The main focus of the project is to combine the historical facts of the economy, coupled with a brief history about money and how it was first used as a necessary means to commerce, in order to understand how those involved have acted in financial markets. Taking these successes and failures and what we have learned about history helps us in the future to better understand investment and help to protect against the risks that go along with it.

Through financial and accounting tools, demonstrated in a simplified and functional way, it reached the main objective, which is to develop a new methodology for teaching financial education for children of elementary school.

Using statistical methods, characterizing the quantitative research, were analyzed the qualitative variables, obtained with questionnaires applied to all students enrolled in sixth, seventh and eighth years of elementary school at Colégio Catarinense.

Since then, was formed an idea about the level of the students' proximity with the world of finance, thereby facilitating the development of a material focused on the needs reported by students during the search.

Finally, a manual of personal finance to students in this age group was developed, with notions of investments, their types and characteristics, along with worksheets to facilitate understanding, where it was demonstrated, for example, the operation rates of income tax, how the capitalization of interests happen and how to make a basic personal financial planning.

Keywords: children's financial education, personal finance, investments.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição entre Sexo e Ano Escolar Cursado.....	46
Gráfico 2: Questão nº 3 - Percentual Global.....	47
Gráfico 3: Questão nº 3 – Análise em função da variável “Ano Escolar”	47
Gráfico 4: Questão nº 3 – Análise em função da variável "Sexo"	48
Gráfico 5: Questão nº 4 - Resultado Global.....	50
Gráfico 6: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Sexo"	51
Gráfico 7: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Ano Escolar"	52
Gráfico 8: Questão nº 5 - Resultado Global.....	53
Gráfico 9: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Sexo"	54
Gráfico 10: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Ano Escolar"	55
Gráfico 11: Questão nº 6 - Resultado Global.....	56
Gráfico 12: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Sexo"	57
Gráfico 13: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Ano Escolar"	58
Gráfico 14: Questão nº 6 - Análise da rejeição entre "Sexo" e "Ano Escolar" ...	60
Gráfico 15: Questão nº 7 - Incidência de escolha das alternativas	62
Gráfico 16: Questão nº 7 - Percentual de preenchimento.....	63
Gráfico 17: Questão nº 7 – % de escolha em função do Ano Cursado.....	64
Gráfico 18: Questão nº 8 – Percentual de escolha das alternativas	65
Gráfico 19: Questão nº 8 - Análise em função do Ano Escolar.....	67
Gráfico 20: Questão nº 9 - Percentual global.....	69
Gráfico 21: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"	69
Gráfico 22: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"	70
Gráfico 23: Questão nº 10 - Percentual global.....	71
Gráfico 24: Questão nº 10 - Análise em função da variável "Sexo"	72
Gráfico 25: Questão nº 10 - Análise em função do Ano Escolar.....	73
Gráfico 26: Questão nº 11 - Percentual global.....	74
Gráfico 27: Questão nº 11 - Análise em função da variável "Sexo"	75
Gráfico 28: Questão nº 11 - Análise em função do Ano Escolar.....	77

Lista de Quadros

Quadro 1: Recuperação da BM&FBovespa depois das maiores quedas	26
Quadro 2: Alíquotas do Imposto de Renda.....	29
Quadro 3: Regime de Tributação do I.O.F.....	30
Quadro 4: Imposto de Renda - Regime de Tributação Regressivo	35
Quadro 5: Imposto de Renda – Regime de Tributação Progressivo.....	36
Quadro 6: Exemplo de Balanço Patrimonial	38
Quadro 7: Exemplo de Fluxo de Caixa	40
Quadro 8: Evolução da renda mensal por níveis de escolaridade no Brasil....	66

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição entre Sexo e Ano Escolar Cursado	45
Tabela 2: Questão nº 3 - Percentual Global	46
Tabela 3: Questão nº 3 – Análise em função da variável “Ano Escolar”	48
Tabela 4: Questão nº 3 – Análise em função da variável "Sexo"	49
Tabela 5: Questão 4 - bibliografia citada pelos entrevistados.....	50
Tabela 6: Questão nº 4 - Resultado Global	50
Tabela 7: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Sexo"	51
Tabela 8: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Ano Escolar".....	52
Tabela 9: Questão nº 5 - Resultado Global	53
Tabela 10: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Sexo".....	54
Tabela 11: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Ano Escolar"	55
Tabela 12: Questão nº 6 - Resultado Global	56
Tabela 13: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Sexo"	57
Tabela 14: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Ano Escolar"	59
Tabela 15: Questão nº 6 - Análise da rejeição entre "Sexo" e "Ano Escolar" ...	60
Tabela 16: Questão nº 7 - Incidência de escolha das alternativas.....	62
Tabela 17: Questão nº 7 – % de escolha em função do Ano Cursado	64
Tabela 18: Questão nº 8 – Percentual de escolha das alternativas.....	65
Tabela 19: Questão nº 8 - Análise em função do Ano Escolar	68
Tabela 20: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"	70
Tabela 21: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"	71
Tabela 22: Questão nº 10 - Percentual global	72
Tabela 23: Questão nº 10 - Análise em função da variável "Sexo".....	72
Tabela 24: Questão nº 10 - Análise em função do Ano Escolar	73
Tabela 25: Questão nº 11 - Percentual global	74
Tabela 26: Questão nº 11 - Análise em função da variável "Sexo".....	76
Tabela 27: Questão nº 11 - Análise em função do Ano Escolar	77

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Tema Problema:.....	12
3. Justificativa.....	12
4. Relevância.....	13
5. Objetivo Geral:.....	13
5.1 Objetivos Específicos:.....	13
6. Fundamentação Teórica.....	14
6.1 O valor do dinheiro para as crianças.....	14
6.2 As Moedas, o Dinheiro e a Economia.....	15
6.3 Juros e Inflação.....	18
6.3.1 Juros.....	18
6.3.2 Inflação.....	19
6.4 Tipos de Investimentos.....	20
6.4.1 Renda Fixa.....	20
6.4.2 Caderneta de Poupança.....	21
6.4.3.1 Ações.....	24
6.4.3.2 Derivativos.....	27
6.4.4 Fundos de Investimento.....	28
6.4.5 Impostos Incidentes.....	29
6.4.5.1 Imposto de Renda.....	29
6.5.1 Previdência Social.....	31
6.5.2 Previdência Privada.....	32
6.5.2.1 PGBL.....	34
6.5.2.2 VGBL.....	35
6.5.2.3 Regimes de Tributação.....	35
6.6 Planejamento Financeiro Pessoal.....	36
6.6.1 Balanço Patrimonial Pessoal.....	37
6.6.2 Fluxo de Caixa Pessoal.....	38
7 Metodologia.....	41
7.1 Caracterização da Pesquisa.....	41
7.2 Universo da Pesquisa.....	42
8 Pesquisa de Campo.....	45
9 Material Proposto.....	78
10 Considerações Finais.....	90
Referências.....	92
Apêndices.....	95

1. Introdução

A Educação Financeira é requisito fundamental para os indivíduos que estão inseridos dentro do sistema capitalista. Em um sistema, onde o acúmulo das riquezas acontece de forma individual, é necessária a conscientização das pessoas para que saibam dosar seus gastos, minimizando assim a possibilidade de passar por dificuldades financeiras em alguma parte da vida, especialmente na velhice, que é quando a pessoa não tem mais forças para trabalhar e acumular riquezas.

Esta conscientização deve começar durante a infância, quando as crianças estão absorvendo inúmeros conhecimentos que contribuirão para a formação da personalidade e das atitudes do indivíduo adulto.

Segundo Kiyosaki (2001), todas as crianças nascem inteligentes, porém, durante o crescimento, algo faz com que toda essa capacidade desapareça ou desvie-se para outras direções.

Vemos que no Brasil a população não possui o hábito de provisionar uma previdência privada, pois a grande maioria confia no sistema previdenciário público, que por sinal, é relativamente “generoso” em relação aos outros países. Porém, o cenário futuro indica que pode haver mudanças, visto que muitos países vêm sofrendo com déficits em seus sistemas previdenciários, devido principalmente ao aumento da expectativa de vida e da alta remuneração das aposentadorias.

São motivos como estes que nos levam a pensar em mudanças na didática deste tema e iniciar através de educação infanto-juvenil, um processo de aprendizado que permita ao aluno, desde a infância, trilhar um caminho mais seguro.

Por isso, esta nova geração precisa mais do que nunca, crescer com uma nova mentalidade de finanças pessoais, com um planejamento visando principalmente o longo prazo e uma disciplina maior no controle de gastos do que nas gerações passadas.

O objetivo deste estudo é elaborar uma proposta de metodologia de Finanças Pessoais para crianças de Sexto ao Oitavo ano do Ensino Fundamental visando apresentá-los, de uma forma didática e lógica, os

conceitos que lhe serão comuns na vida adulta, como por exemplo: taxa de juros, fluxo de caixa pessoal, inflação, aplicação financeira, etc. Com isto, eles poderão desde a infância obter experiência e informações a respeito.

2. Tema Problema:

O presente estudo pretende elaborar uma proposta de metodologia de ensino de Finanças Pessoais para crianças de Sexto a Oitavo ano do Ensino Fundamental. Desta forma, o tema a ser pesquisado concentra energias para resolver o problema: “Como fazer um plano de educação financeira para crianças de Sexto a Oitavo ano do Ensino Fundamental?”

3. Justificativa

Segundo Castro (1977, p. 55), um tema de pesquisa, que possa contribuir de alguma forma para o estudo da ciência nele proposta, precisa ser primeiramente: original, importante e viável.

O tema é original, pois ainda não existe uma vasta bibliografia sobre o assunto no país, o que confere ao estudo um caráter relativamente inovador em relação a pesquisas nesse sentido.

Sobre a importância do tema, vemos na sociedade ao nosso redor, que muitas pessoas têm problemas com suas finanças pessoais e que cresce a cada dia a dúvida sobre o futuro da previdência social no nosso país.

A escolha pelo segmento infanto-juvenil deve-se à opinião do pesquisador de que um assunto que envolve lógica e comportamento humano, como as finanças pessoais, deve ser ensinado enquanto o indivíduo ainda não concluiu totalmente a formação da personalidade e também porque a nova geração está crescendo em um cenário otimista com relação à renovação da economia do país, diferentemente da juventude de vinte anos atrás, por exemplo.

4. Relevância

O estudo é relevante, pois aborda um aspecto presente na vida de todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, que são as finanças e também porque a área de abordagem do estudo, que é o público infanto-juvenil, ainda foi pouco explorada no país por pesquisas neste sentido.

5. Objetivo Geral:

Desenvolver uma ferramenta de ensino de Educação Financeira para crianças que cursam os sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental.

5.1 Objetivos Específicos:

- Identificar entre os alunos entrevistados o conceito pessoal a respeito da importância da Educação Financeira;
- Detectar o grau de conhecimento e familiaridade dos alunos sobre finanças pessoais e economia;
- Pontuar os fatos históricos marcantes envolvendo o valor e a origem do dinheiro e das trocas monetárias;
- Identificar os elementos básicos das finanças, como por exemplo: juros, inflação, fluxo de caixa e previdência, de forma a contextualizá-los com o método de planejamento financeiro a ser desenvolvido;
- Apresentar uma ferramenta de planejamento financeiro básico, que permita à criança, desde a infância, administrar sua mesada e os ganhos que auferir durante a vida, visando sua satisfação pessoal futura.

6. Fundamentação Teórica

6.1 O valor do dinheiro para as crianças

Infomoney (2008) aponta que o valor do dinheiro é um item importante na educação financeira dos filhos. Mas para isso, é necessário que este conceito faça parte do cotidiano da criança de uma forma natural, com foco na organização e no planejamento de sua mesada, por exemplo.

Segundo Kiyosaki (2001), o dinheiro, principalmente para uma criança, representa primeiramente poder. O indivíduo na infância toma seus pais como referência ou modelo a ser seguido. São eles que possuem o dinheiro que compra os mantimentos que abastecem a demanda da casa e também dão dinheiro aos seus filhos dizendo onde ele terá que ser gasto.

O mesmo autor afirma que esta associação na cabeça das crianças é forte, e é justamente neste ponto que se encontra a chave da questão: antes de dar a mesada ao filho, é recomendado que o pai delegue-o inicialmente pequenos poderes.

O propósito disto é fazê-lo refletir a respeito de sua decisão e dos impactos que ela acarretará a quem estiver envolvido ou for afetado pela mesma. Com isso, ela poderá ter noção de que, à medida do poder de decisão que lhe é conferido, uma parcela maior de influência ela terá sobre a vida das pessoas ao seu redor.

Infomoney (2007¹) aborda que “a criança receber mesada é visto como algo saudável na sua educação financeira, já que ela é forçada a tomar decisões quanto ao uso do seu dinheiro”.

A relação entre dinheiro e poder de decisão passa por um terceiro pilar, no caso a responsabilidade. Com mais dinheiro, o indivíduo será mais poderoso, ou seja, terá autonomia para tomar decisões de acordo com o que ele considera correto ou não, mas por consequência terá também uma carga extra de responsabilidade sobre suas decisões.

Infomoney (2007²) ressalta que é necessário para o processo de aprendizagem do filho, que os pais negociem preços e formas de pagamento,

principalmente na frente do filho, o que mostrará o valor do dinheiro e a responsabilidade que ele terá quando passar ele próprio a administrar suas finanças. Para o autor, também é recomendável discutir abertamente, com base no poder aquisitivo da família, o que pode ou não ser comprado, de forma natural.

Focando a educação nestes três aspectos básicos – dinheiro, poder e responsabilidade -, a criança poderá ter compreensão do valor que o dinheiro possui na sociedade em que ela vive.

Aliado a isso, o educador estará transmitindo responsabilidade e mostrando as prioridades em relação aos gastos cotidianos, e a importância do compromisso com o trabalho, que corresponde à fonte de renda que a criança identifica com maior facilidade.

6.2 As Moedas, o Dinheiro e a Economia

Segundo Ferguson (2009), as moedas mais antigas que conhecemos datam de aproximadamente 600 a.C. e foram encontradas no Templo de Ártemis, em Éfeso (antiga Grécia), onde atualmente é território da Turquia. Possuíam formato ovular e eram feitas de uma liga chamada eletro, composta de ouro e prata e exibiam a cabeça de um leão. Posteriormente, o império romano adotou três diferentes tipos de materiais para a cunhagem das moedas: *sestercius* (bronze), *denarius* (prata) e *aureus* (ouro). O valor representado por elas está diretamente relacionado com a escassez e a dificuldade em obtê-las.

Prova disto é que em determinado período histórico, o *denarius* romano sofreu grande valorização, pois a grande concentração das moedas deste material encontrava-se no Império Islâmico, região altamente desenvolvida no aspecto comercial.

Com tamanha dificuldade em estabelecer relações estáveis entre as cotações dos tipos de metais, a propagação do Cristianismo por meio das Cruzadas serviu também de exploração de novos locais à procura de minério.

Os europeus passaram então a extrair os metais do “Novo Mundo” – primeiramente os espanhóis, na região de Potosí, onde se encontravam as

civilizações pré-colombianas – e transportá-los via marítima ao Porto de Sevilha.

Ainda segundo o autor, estima-se que na época, mais de cem navios faziam o transporte anual de mais de cento e setenta toneladas de prata ao território europeu.

Com isso, o “duro”, a moeda espanhola de prata tornou-se a primeira moeda verdadeiramente global na história da humanidade, pois financiou guerras na Europa, aumentando também a liquidez da prata e auxiliou na rápida expansão do comércio com a Ásia por vias marítimas, por meio da extensa frota de navios espanhóis.

Porém, mais a frente, começaram a sofrer com o que Adam Smith explicaria Séculos mais tarde, a Lei da Oferta e da Demanda exposta em sua mais famosa obra “A Riqueza das Nações”, publicada pela primeira vez no ano de 1776.

O grande volume de prata existente no continente europeu tornou-se uma maldição décadas à frente, pois a grande disponibilidade do minério declinou drasticamente seu próprio valor.

Com isso, o preço dos alimentos disparou, o custo de vida subiu e multiplicou-se diversas vezes, ocasionando a chamada “revolução do preço”, que incidiu sobre toda a Europa durante aproximadamente um Século, entre meados dos Séculos XVI e XVII e foi um exemplo claro de inflação e perda do poder de compra por parte da população.

A grande conclusão, que segundo Ferguson (2009), os espanhóis não puderam compreender foi que o dinheiro só tem valor quando alguém está disposto a dar algo em troca. Ou seja, o valor do metal não é absoluto, mas sim uma medida do grau de interesse da população em negociá-lo.

Emitir mais moeda não é garantia de tornar a sociedade mais rica. Ela apenas ocasionará o aumento dos preços para estabelecer a equivalência, ou a queda na cotação da moeda, diminuindo o poder de compra de uma unidade monetária.

Assaf Neto (1999) descreve que a moeda desempenha três importantes funções: instrumento de troca, medida de valor e reserva de valor:

A moeda, como instrumento de troca, evita o escambo, que nada mais é que a simples troca de mercadorias. Um cenário econômico onde as transações baseiam-se em troca de mercadorias acaba se tornando muito restrito e sem dinamismo, pois para haver a troca é preciso que haja uma coincidência de valores, de modo contrário algum dos dois lados ficaria com prejuízo. No caso da moeda, ela possui divisibilidade e permite a negociação fracionada, ou de apenas alguma parte do bem incluído na negociação.

Esta característica torna o mercado mais dinâmico, e possibilita transações entre indivíduos de diferentes níveis de riqueza, pois as unidades monetárias podem ser fracionadas em pedaços muito pequenos e acessíveis a toda a população.

Para Ferguson (2009), a moeda precisa ter cinco características básicas: estar disponível, ser durável, tangível, portátil e confiável. Por estes motivos durante a história das civilizações, o ouro, a prata e o bronze foram considerados a matéria-prima ideal para sua confecção.

O segundo aspecto, segundo Assaf Neto (1999, p.30) é a medida de valor.

A moeda permite a comparação entre o valor monetário das transações, ou seja, a possibilidade da apuração do valor real das mesmas. Com isso, é possível diferenciar o preço das mercadorias e criar um parâmetro base de valoração, no caso as unidades monetárias, substituindo a comparação como era feita antigamente, quando os produtos tinham seu valor comparado à cabeças de gado, sacas de cereais, etc.

O terceiro aspecto é a reserva de valor. Como a moeda é perene, o indivíduo tem a possibilidade de guardá-la para uso posterior, ou seja, acumular um patrimônio.

Ela também permite a conversão em outro tipo de ativo, sendo ele um bem ou serviço recebido ou outro ativo financeiro, como no caso de outra moeda ou títulos financeiros.

A circulação da moeda há algumas décadas era garantida exclusivamente pelo seu lastro em ouro, ou seja, a quantidade de moeda existente era exatamente igual à quantidade de ouro existente nos cofres do tesouro nacional do país emissor (FERGUSON, 2009).

Devido ao crescimento da economia mundial, ficou cada vez menos viável lastrear a moeda em ouro, pois isto demandaria uma quantidade enorme do metal e um espaço muito amplo para armazená-lo.

Foi aí então, que baseada em aspectos legais e econômicos, como confiabilidade e liquidez, foi criada a moeda sem lastro (moeda fiduciária), o que possibilitou um crescimento expressivo nas transações ao redor do mundo.

Com isso, os investidores ganharam muito mais liberdade e autonomia para escolher o tipo de investimento e de mercado que mais se aproxima às expectativas e fatores como o risco e o retorno desejados, podendo tomar decisões mais próximas dos objetivos que pretendem alcançar.

Assaf Neto (1999) também afirma que com o passar dos anos, o ouro, considerado uma das melhores opções de investimento, tem se tornado cada vez mais um tipo de mercadoria.

O investimento nos tempos atuais é justificado apenas em caso de desmoronamento do sistema financeiro ou forte recessão global, o que tornaria o ouro um porto seguro aos investidores nessas situações.

Porém, em um cenário econômico dentro da normalidade, considerando épocas de aceleração do consumo alternadas com épocas de recessão, o ouro não é mais destaque no aspecto de investimento.

6.3 Juros e Inflação

6.3.1 Juros

Segundo Halfeld (2008, p. 112), “os juros são a remuneração pelo capital, sujeitos às mesmas leis de oferta e de procura a que se submetem o trabalho e a terra”.

Os juros também podem ser conceituados como o preço do crédito e consistem na confiabilidade em relação à economia no momento presente. Dependendo dos cenários, os juros flutuam, baseados no grau instabilidade dos diversos fatores da economia (ASSAF NETO, 1999).

Os cenários de baixas taxas de juros são os mais propícios para os investimentos, ou seja, os investidores possuem a possibilidade de obtenção de crédito a um preço menor.

Para Macedo Jr. (2007), sempre que há um devedor de juros, existe um credor ganhando esta quantia. O que diferencia a rotina de um ganhador da de um pagador de juros é justamente o planejamento.

O Dicionário Aurélio define a palavra “planejamento” como sendo um “processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações... visando à consecução de determinados objetivos”. Isto quer dizer que, desde cedo, um planejamento financeiro ajuda o indivíduo a focar seus objetivos futuros e então buscar a maneira mais fácil ou rápida de atingi-los.

Macedo Jr. (2007) sugere que existem basicamente duas posições no mercado: a dos pagadores e a dos ganhadores de juros. A proporção de recebedores de juros no Brasil é muito menor que a de pagadores - há cerca de quatro pessoas pagando juros para cada recebedor. Os juros na realidade são interesses – o significado da palavra “juros” em inglês é *interests* – que são cobrados pelo indivíduo que cede o dinheiro àquele que está recorrendo a ele no momento, no caso o preço que o devedor paga pela posse do dinheiro. O retorno, pago ao credor, varia de acordo com o grau de risco que o cedente considera de não receber de volta a quantia, aliado a uma taxa que lhe seja atrativa a ponto de ceder seu dinheiro a outro por determinado período de tempo. Quanto mais difícil o acesso ao dinheiro ou maior risco do não retorno dos valores, maior é a taxa de juros incidente.

6.3.2 Inflação

Segundo Ferguson *apud* Friedman (2009), a inflação é um fenômeno monetário que acontece quando há um crescimento maior na quantidade de dinheiro emitido, em relação à produção.

Para Girardi (2009), a inflação é a queda do poder de compra da unidade monetária, que pode ser ocasionada pelo aumento no nível geral de preços.

Países em desenvolvimento, que ainda não alcançaram um alto grau de produtividade, porém possuem uma crescente demanda de produtos e serviços gerada pelo aquecimento da economia, tendem a sofrer com a inflação.

Para os investidores, a inflação serve como amortecimento da taxa de retorno obtida. Subtraindo-a, o investidor terá a taxa de rendimento real de sua aplicação.

Desta forma, em um cenário inflacionário onde o dinheiro vai perdendo seu valor com o passar do tempo, é necessário descontar da capitalização obtida, este percentual de perda, para que haja uma correta apuração dos lucros auferidos.

6.4 Tipos de Investimentos

6.4.1 Renda Fixa

A grande diferença entre estes títulos é a maneira como a renda é fixada, podendo eles ser: pré-fixados ou pós-fixados.

Cerbasi (2008), afirma que os títulos pré-fixados possuem valor de face pré-definido, permitindo ao investidor conhecer a rentabilidade proporcionada pelo fundo no qual seu dinheiro está investido. Portanto, a taxa de juros do mercado serve de balizamento para o valor de face dos títulos pré-fixados. Em caso de queda de juros, o valor presente dos títulos é valorizado. Já em caso de crescimento dos juros, o valor de face dos títulos diminui, pois serão capitalizados a uma taxa maior até o vencimento.

O cenário ideal para investimento em títulos pré-fixados é o de queda constante da taxa de juros, pois o investidor já terá garantido sua rentabilidade no ato da contratação e estará imune a estes efeitos, levando vantagem em relação ao mercado em geral.

Os títulos de renda fixa pós-fixados têm normalmente a remuneração vinculada ao desempenho da taxa DI (depósitos interbancários), ou tomam como base algum índice de inflação, como o IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo), por exemplo. Desta forma, o investidor só conhecerá a

rentabilidade do seu investimento depois de divulgados os índices aos quais os títulos são indexados. Desta forma, investidores mais conservadores que desejam apenas proteger seu capital do movimento inflacionário ou de juros são os que normalmente optam por este tipo de investimento (CERBASI, 2008).

6.4.2 Caderneta de Poupança

A Caixa Econômica Federal (2008) afirma que “a poupança foi inicialmente concebida como uma reserva monetária para as camadas mais pobres da população”. Regulada pelo Banco Central do Brasil, é a forma de investimento mais difundida no país.

Todas as instituições financeiras gestoras de cadernetas de poupança devem seguir os seguintes regras:

- a) Garantir ao investidor o rendimento mensal de 0,5% aplicados sobre os valores atualizados da Taxa Referencial (TR);
- b) Creditar o rendimento mensal em um dia estipulado, sendo que saques feitos antes do dia de crédito perdem a remuneração do mês corrente;
- c) Garantir o retorno, por meio do Fundo Garantidor de Crédito, até a quantia de R\$ 60.000,00 para as cadernetas de poupança das diversas instituições financeiras e, no caso especial da Caixa Econômica Federal, e o resgate do montante total investido foi garantido primeiramente pelo Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861. Segundo o site da Caixa Econômica Federal (2008), no Artigo 1º do referido decreto, o então Imperador Dom Pedro II afirmou que "a Caixa Econômica estabelecida na cidade do Rio de Janeiro (...) tem por fim receber, a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar (...)"
- d) O crédito referente a depósitos em cheque, caso de fato ele tenha fundos, acontece a partir do dia do depósito, e não de sua compensação;

6.4.2 Títulos Públicos do Tesouro Nacional

O Tesouro Direto, como é popularmente conhecido, é uma alternativa de investimento de alta atratividade. Segundo Macedo Jr. (2007), o investimento possui garantia de pagamento do governo federal, com taxa de administração reduzida, além de possuir também um amplo portfólio de opções para os diversos tipos de investidores.

Segundo o Tesouro Nacional (2009), estes títulos são representados por três diferentes siglas:

As LTNs (Letras do Tesouro Nacional) são títulos com valor de face de R\$ 1.000,00, sendo considerados pré-fixados, pois na data de vencimento do título, o Governo garante o pagamento do valor de face ao investidor. São negociados com deságio equivalente à rentabilidade esperada pelo investidor durante o prazo de validade do mesmo.

As NTNs (Notas do Tesouro Nacional) são títulos compostos por duas séries, sendo uma pós-fixada e a outra pré-fixada. A Série F (NTN-F) é pré-fixada, com valor de face igual a R\$ 1.000,00, com recebimento semestrais dos juros, capitalizados a um percentual de 10% ao ano. Devido ao pagamento de juros, o valor de comércio do título pode oscilar, chegando em alguns casos a valer mais do que o valor de face na data futura, que é de R\$ 1.000,00. A Série B (NTN-B e NTN-B Principal) é pós-fixada e corrigida pelo IPCA, blindando o investimento dos efeitos da inflação. A série NTN-B paga juros semestralmente, enquanto a NTN-B Principal acumula os juros para o final do ano-exercício.

Já, as LFTs, Letras financeiras do Tesouro Nacional são pré-fixadas e são indexadas à taxa Selic, ou seja, o Governo Federal garante uma rentabilidade semelhante àquela praticada por ele junto às instituições financeiras em casos de empréstimos e amortizações.

6.4.3 Mercado de Capitais

6.4.3.1 Ações

Segundo Assaf Neto (1999), as ações são a menor fração do capital social das empresas e consistem no ativo mais negociado no mercado de capitais. Estes ativos são negociados por meio de um canal específico de aproximação entre compradores e vendedores, que são as Bolsas de Valores.

A função principal das bolsas de valores é a ligação entre os investidores, ou seja, aqueles que possuem a posse dos recursos e aqueles que procuram investimento para o desenvolvimento de suas atividades. Com isso, as empresas na venda de frações de seu capital, oferecem lotes de ações no mercado primário (ASSAF NETO, 1999).

O autor complementa que as Bolsas de Valores oferecem liquidez aos títulos negociados, pois aproximam os dois elos da negociação e têm responsabilidade pela fixação de um preço justo, formado pelo ajuste entre oferta e procura.

Mellagi Filho (1995) classifica a Bolsa de Valores como porta de entrada para os investidores interessados no mercado acionário e cita que o principal objetivo das mesmas é zelar pelo bom funcionamento deste mercado.

O mercado primário é momento onde as empresas captam os recursos dos acionistas por meio das ofertas de ações, que são coordenadas por um banco ou instituição financeira (FORTUNA, 1999).

Uma vez emitidas ou subscritas no mercado primário, as negociações entre os investidores acontecem no mercado secundário, onde a compra ou venda dos papéis das empresas não altera sua estrutura de capital, uma vez que ela já os negociou e recebeu o montante equivalente a elas.

Segundo Fortuna (1999), as Bolsas de Valores são instituições não-financeiras, criadas para estreitar a negociação de valores mobiliários, como por exemplo, ações e debêntures em mercado livre, aberto e em tempo real. As negociações realizadas nas Bolsas de Valores do Brasil são monitoradas pela Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.), que atua como mecanismo regulador deste tipo de mercado.

Mussel (2009) afirma que as ações são negociadas na esperança do crescimento da empresa e de sua geração de lucros, aumentando assim o valor dos papéis e dos dividendos recebidos com eles.

Assaf Neto (1999, p.186) segue a mesma linha ao afirmar que “uma ação oferece duas formas de rendimentos aos seus investidores: dividendos e valorização do seu preço de mercado”.

Para investir na bolsa de valores, o investidor necessariamente deve possuir uma conta em uma corretora cadastrada na Bolsa de Valores (MACEDO JR., 2007).

Assaf Neto (1999) explica que as ações são classificadas basicamente em dois tipos: ordinárias e preferenciais.

As ações ordinárias, que são as negociadas nos maiores mercados mundiais, conferem o direito a voto aos acionistas nas assembleias da empresa. Acionistas ordinários têm poder de decisão sobre o estatuto social da empresa, lucros a serem distribuídos, eleger membros da diretoria e do Conselho Fiscal, entre outros.

A respeito da primeira forma de rendimento proporcionada pelas ações, Gropelli (2006) afirma que a capacidade da empresa em gerar lucros é comprovada pelo recolhimento periódico de dividendos aos seus acionistas. A parcela de dividendos distribuídos é proporcional à necessidade da empresa de reter recursos para o investimento em operações futuras.

A Lei nº 6.404/76, a qual regulamenta a política de dividendos exercida no Brasil, estabelece que o percentual mínimo obrigatório a ser distribuído seja de 25% sobre o lucro líquido apurado. Baseadas nesta lei, as empresas definem os percentuais a serem distribuídos e o percentual a ser reinvestido no próximo período contábil (ASSAF NETO, 1999).

Para Gitman (2004), “na maioria das empresas, os dividendos são pagos trimestralmente, em dinheiro, em ações ou em mercadorias. O pagamento em dinheiro é o mais comum e em mercadorias, menos comum”.

Assaf Neto também afirma que (1999), a segunda forma é a valorização do preço de mercado, obtida em função de um conjunto de fatores, que englobam o comportamento do mercado, o desempenho da empresa nos exercícios anteriores e o interesse dos investidores na negociação do papel. A

especulação também é responsável pela flutuação do preço das ações e em alguns casos, da valorização do preço de mercado.

Porém, durante a história das bolsas de valores ao redor do mundo, crises mundiais causaram períodos de grande volatilidade, encontradas na série histórica da BM&FBovespa, por exemplo.

Entretanto, Halfeld (2008, p. 66) afirma que “a longo prazo, o mercado de ações tem se recuperado de suas mais graves quedas”.

O quadro abaixo mostra o tempo que a bolsa de valores brasileira levou para se recuperar das mais graves crises desde sua existência:

	Pico	Recuperação	Tempo de Recuperação
Plano Cruzado	Abril de 1986	Janeiro de 1994	94 meses
Caso Nahas	Abril de 1989	Outubro de 1993	55 meses
Plano Collor	Março de 1990	Janeiro de 1992	22 meses
Impeachment	Abril de 1992	Junho de 1993	14 meses
Crise do México	Dezembro de 1994	Junho de 1996	18 meses
Crise da Ásia	Julho de 1997	Agosto de 2005	97 meses
Crise da Rússia	Abril de 1998	Março de 2000	23 meses
Eleição de 2002	Março de 2002	Outubro de 2003	19 meses

Quadro 1: Recuperação da BM&FBovespa depois das maiores quedas
Fonte: Halfeld (2008, p. 66)

Cerbasi (2008) exemplifica o modelo de negociação da BM&FBovespa, a única Bolsa de Valores em operação. As bolsas mundiais ficaram famosas pela imagem de seus corretores gritando com vários telefones ao mesmo tempo para negociar as ações de seus clientes. Até o final do Século XX, este era o cenário encontrado na antiga Bovespa: negociações feitas através de telefone ou por e-mail.

As ordens de compra ou venda eram emitidas pelos clientes aos corretores que eram encarregados de encaminhá-las aos operadores da bolsa, que as executavam, no caso pregão presencial.

A partir do começo do Século XXI, a BM&FBovespa mudou suas operações para pregão eletrônico, ou seja, houve a adoção do sistema

eletrônico via Homebroker, onde as ordens de compra e venda são incluídas no sistema via internet com o preço pretendido já estipulado, à espera da negociação. O investidor pode acompanhar a fila de espera das ofertas e presenciar o exato momento em que seus papéis são comprados ou vendidos.

A utilização do mecanismo Homebroker é fácil e ensinada pelas corretoras no ato da abertura de conta.

Com as operações via internet, a Bolsa de Valores brasileira tornou-se muito mais dinâmica e trouxe mais liquidez aos papéis negociados nela, pois foi multiplicada sua capacidade de processamento de ordens e as operações são realizadas no exato momento de seu envio (CERBASI, 2008).

6.4.3.2 Derivativos

Gitman (2004, p. 574) classifica o derivativo como “um título que não representa capital de terceiros nem capital próprio, mas tem seu valor resultante de um ativo subjacente, quase sempre outro título”.

Como o nome já diz derivativos são títulos que derivam de outros, ou melhor, dependem de outros para existir.

Os derivativos tratados neste estudo são justamente os mais utilizados: as opções, as quais negociadas na bolsa de valores, representam um meio de proteção ao investidor contra movimentos de mercado não previstos.

Silva Neto (1998) segue a mesma linha de raciocínio ao conceituar opções como o derivativo mais interessante e flexível existente, além de defini-las como um instrumento que proporciona um direito futuro a seu titular ou comprador, porém não uma obrigação. Ao vendedor das opções, surge uma obrigação futura, caso o comprador queira de fato exercer a opção adquirida.

Segundo Sanvicente (1988), no mercado de opções compra-se o direito de vender a outra pessoa, ou vice-versa, em determinada data futura, uma quantidade de ações a um preço preestabelecido. Portanto, este mercado não possibilita a negociação das ações em si, mas sim os direitos sobre elas.

Gitman (2004) também afirma que as opções de compra e venda são os dois tipos mais comuns e conceitua-as:

- a) Opções de Compra: a opção de aquisição em uma data fixada no futuro ou antes dela, de um número estipulado de ações a um preço predeterminado;
- b) Opções de Venda: a opção de venda em uma data fixada no futuro ou antes dela, de um número estipulado de ações a um preço predeterminado;
- c) Preço de exercício: é o preço pelo qual o titular da opção, a qualquer momento antes do vencimento, pode comprar a ação correspondente à opção que ele possui.

6.4.4 Fundos de Investimento

Cerbasi (2008) afirma que os fundos de investimento podem ser classificados de duas maneiras: pré-fixados e pós-fixados.

Segundo o autor, os títulos pré-fixados possuem valor de face pré-definido, o que permite ao investidor calcular antecipadamente a rentabilidade da aplicação. Com isso, o valor presente de um título pré-fixado oscila conforme taxa de juros do mercado. Se os juros caem, o desconto sobre o valor de face é menor, ou seja, o valor presente dos títulos sobe, pois, com juros menores, é necessário mais dinheiro hoje para chegar ao mesmo valor de face na data do vencimento. O inverso também ocorre, quando a taxa de juros aumenta, é necessário menos dinheiro hoje para chegar ao mesmo valor de face na data do vencimento, portanto, o valor presente dos títulos cai.

Cerbasi (2008) cita também que uma taxa pós-fixada tem a remuneração vinculada ao desempenho de algum índice. Normalmente a taxa DI (taxa de juros praticada em empréstimos interbancários), ou algum indicador de inflação, como o Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA). Com isso, o investidor não saberá de antemão qual será o montante acumulado na data do resgate. Portanto, a taxa pós-fixada é para investidores mais conservadores que não buscam rendimento acima do mercado e querem apenas proteger seu dinheiro da inflação e obter a remuneração que o mercado paga.

6.4.5 Impostos Incidentes

6.4.5.1 Imposto de Renda

O Imposto de Renda da pessoa física possui alíquotas diferentes em função do tipo de investimento escolhido.

Segundo o site da Receita Federal do Brasil (2009), os fundos de longo prazo e aplicações de renda fixa possuem uma tabela regressiva de tributação que estimula o investimento no longo prazo. A tabela abaixo demonstra as alíquotas aplicadas para o ano-exercício de 2009:

Alíquota (%)	Prazo
22,5	Até 180 dias
20,0	180 a 360 dias
17,5	361 a 720 dias
15,0	Acima de 720 dias

Quadro 2: Alíquotas do Imposto de Renda
Fonte: Receita Federal do Brasil

Fundos de curto prazo são tributados regressivamente, sob as bases de 22,5% para aplicações com prazo de até 180 dias, diminuindo para 20,0% se as aplicações possuírem prazo maior que 180 dias;

No caso do investimento em ações, ocorre incidência de tributação apenas se o volume de vendas dentro do mês exceder o montante de R\$ 20.000,00, sendo estipulada a alíquota de 15% de Imposto de Renda, calculado sobre os ganhos auferidos, baseados no cálculo do preço médio de compra dos papéis.

Segundo a Receita Federal do Brasil (2009), para aplicações em renda variável, a alíquota é fixa em 0,005%.

6.4.5.2 Imposto sobre Operações Financeiras – I.O.F.

Segundo Caixa Econômica Federal (2009), o Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, determinado pela Portaria 264, do Ministério da Fazenda

incide sobre todos os rendimentos provenientes de aplicações financeiras em fundos de investimentos que não possuem prazo de carência, não sendo incidente sobre aplicações em conta poupança para pessoas físicas.

O tributo limita-se aos rendimentos da aplicação, tendo sua alíquota decrescente em função do prazo, sendo zerado o imposto a recolher após o trigésimo dia de aplicação. Portanto, investidores que mantiverem o capital investido por mais de um mês corrido no mesmo fundo de investimento estão isentos do recolhimento deste tributo. A tabela abaixo demonstra o regime de tributação do I.O.F.:

Número de dias	Alíquota (%)	Número de dias	Alíquota (%)
1	96	16	46
2	93	17	43
3	90	18	40
4	86	19	36
5	83	20	33
6	80	21	30
7	76	22	26
8	73	23	23
9	70	24	20
10	66	25	16
11	63	26	13
12	60	27	10
13	56	28	06
14	53	29	03
15	50	30	00

Quadro 3: Regime de Tributação do I.O.F.
Fonte: Cerbasi (2008, p. 161)

6.5 Previdência

6.5.1 Previdência Social

Segundo MPAS (2009), o primeiro decreto da Previdência Social ocorreu no ano de 1888 e estabeleceu o direito de aposentadoria aos funcionários dos Correios, após o cumprimento de 30 anos de serviço efetivo ou idade mínima de 60 anos.

A partir desta data, foram acrescentadas inúmeras profissões ao quadro de beneficiados pela Previdência Social, por meio de sucessivos decretos, sendo os mais importantes citados em seqüência, em ordem cronológica:

Em 23 de fevereiro de 1938, foi promulgado o Decreto-Lei n° 288, que criou o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Em 1944, ainda em meio à “Era Vargas”, o Conselho Nacional do Trabalho foi reorganizado, criando-se assim a Câmara e o Departamento de Previdência Social e no ano de 1946, por meio do Decreto-Lei n° 8.738 e 8.742, ambos datados de 19 de janeiro daquele ano, foram criados o Conselho Superior e o Departamento Nacional da Previdência Social.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi instituído no ano de 1966 por meio da Lei n° 5.107, que na ocasião possuía aplicações diferentes da atual. Garantia ao trabalhador que no ato do cumprimento do décimo ano de trabalho, o funcionário tornava-se estável, podendo a partir deste momento o vínculo trabalhista ser encerrado apenas por motivo de justa causa. Caso incompleto o decênio, porém tendo o empregado completado um ano ou mais de tempo de serviço, este gozaria do direito do valor de um mês de salário para cada ano laborado. Caso ultrapassado o decênio, o valor da indenização era dobrado.

O decreto estabelecia também recursos recolhidos por meio do FGTS seriam remunerados pelo governo com juros e correção monetária e o montante disponível seria utilizado para financiar investimentos em infraestrutura e habitação.

Em 1972, os empregados domésticos obtiveram seu direito de inclusão à Previdência Social.

Por meio da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, gerando assim o desmembramento do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Em 1975, a Lei nº 6.260 finalmente garantiu aos empregadores rurais e seus dependentes os benefícios e serviços previdenciários.

No ano de 1988 foi publicada a nova Constituição Federal, vigente até o presente momento, que estabeleceu uma série de mudanças em temas relativos à Previdência Social, como por exemplo, a obrigatoriedade a todos os trabalhadores celetistas da opção pelo FGTS e a extinção da estabilidade após o decênio para aqueles que ainda não possuíam o benefício, continuando assim beneficiados apenas os funcionários que já haviam completado mais de 10 anos de laboro antes da promulgação da nova Constituição.

Com a extinção do INAMPS no ano de 1983, por meio da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, foi criado o atual INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, responsável desta data em diante pelas questões previdenciárias do Brasil. Consiste em uma autarquia federal e é subordinado ao Ministério da Previdência Social.

Conforme cita o MPAS (2009), no ano de 2006, ao início da segunda etapa do Censo Previdenciário do INSS, foram catalogados 14,7 milhões de aposentados e pensionistas no Brasil.

Entre 2004 e 2006, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, houve um crescimento de 8,9% no número de pessoas físicas contribuintes, sendo esta diferença um total de 2,7 milhões de brasileiros que passaram a estar assegurados pelo sistema previdenciário brasileiro.

6.5.2 Previdência Privada

Observamos a tendência mundial de cada indivíduo acumular sua própria previdência pessoal durante seus anos de trabalho, pois o futuro da previdência social é uma incógnita.

Kiyosaki (2001) retrata em paralelo a realidade da Era Industrial, a qual ditava as regras da sociedade décadas atrás e a Era da Informação, que corresponde à nossa atual situação perante os acontecimentos mundiais:

Na Era Industrial, o trabalhador procurava a estabilidade dentro de um emprego durante toda a vida, após acabar seus estudos. Quanto mais benefícios e segurança a companhia pudesse oferecer, mais bem encaminhado estaria o indivíduo. Após a aposentadoria por tempo de serviço, então o Estado, por meio dos tributos recolhidos pelo funcionário e pela empresa durante sua “vida útil produtiva”, se responsabilizaria pelo sustento do cidadão até a sua morte.

As mudanças ocorriam mais lentamente e o que era aprendido na escola valia por muito mais tempo. O profissional quanto mais velho era mais valorizado.

Já na Era da Informação, onde a competitividade é enorme e os panoramas estão em constante metamorfose, a realidade é bem diferente. A lei de Moore é quem dita as regras, ou seja, a cada dezoito meses, a quantidade de informações no mundo é duplicada. Isto quer dizer que alguém que sabia teoricamente tudo há dezoito meses, hoje terá que reaprender uma quantia igual à que já sabe.

O mercado de trabalho atualmente exige profissionais constantemente atualizados, e os próprios colaboradores estão adquirindo a consciência de que devem reciclar-se periodicamente, se quiserem galgar promoções dentro da empresa ou uma colocação melhor em outra empresa.

Velhice não é mais sinônimo de competência e capacidade profissional, e o que o indivíduo sabe hoje não é mais garantia de uma boa colocação profissional em um período de mais de dois anos à frente.

Grande parcela de responsabilidade sobre este aumento da competição entre os profissionais deve-se à incerteza sobre a previdência. Kiyosaki (2001, p. 11), cita também que as regras atuais são “encontrar uma nova empresa e um novo emprego... e rezar para conseguir economizar uma quantia que dure até depois dos seus 65 anos”.

Justifica-se então a crescente demanda por planos de Previdência Privada pela crescente perspectiva de mudança dos dias atuais, aliada à competitividade pelos postos de trabalho, que tornam cada vez mais escasso os exemplos de executivos que trabalharam durante toda a carreira na mesma organização.

Para Cerbasi (2008, p.226), “não resta dúvida de que planos de Previdência Privada são a maneira mais simples e segura de enriquecer”.

Entretanto, Paschoarelli (2007) aconselha a contratação de um consultor financeiro para analisar qual a melhor opção de previdência para cada caso, considerando as variáveis que envolvem o processo, como: tributação, taxas de administração e carregamento, inventário, entre outros.

As opções, quando a escolha do investidor é a Previdência Privada resumem-se a dois planos: o PGBL e o VGBL. Existem diferenças básicas entre os dois, principalmente no que tange à tributação do Imposto de Renda, as quais serão listadas a seguir.

6.5.2.1 PGBL

Para Paschoarelli (2007), O Plano Gerador de Benefício Livre é um plano de previdência que, apesar de não garantir uma renda mensal vitalícia após certo tempo, tendo depositado determinada quantia, pois proporciona apenas estimativas futuras, é recomendável para aqueles que fazem a declaração completa do Imposto de Renda.

Este plano permite uma dedução de até 12% da renda bruta anual no Imposto de Renda a pagar. Ou seja, hipoteticamente o contribuinte possui uma renda anual de R\$ 60.000,00 e utiliza o montante de R\$ 7.200,00 para investir em sua previdência privada PGBL, ele será tributado como se sua renda total fosse de R\$ 52.800,00.

Porém, este abatimento previsto na renda bruta anual onera o plano na fase de gozo do benefício. Em outros termos, na retirada do dinheiro, o Imposto de Renda incidirá sobre o montante total e não só apenas sobre os ganhos ou rendimentos, como acontece na maioria das opções de investimento.

Cerbasi (2008) cita a dedução do PGBL sobre o cálculo da renda bruta como uma postergação do imposto devido, e não sua isenção. O autor ressalta também que o benefício de até 12% não pode ser obtido por aqueles que declaram o Imposto de Renda da maneira simplificada.

6.5.2.2 VGBL

Chamada de Vida Gerador de Benefícios Livres, embora esta opção não proporcione ao investidor o benefício da dedução da renda bruta para cálculo do Imposto de Renda, é considerada ideal para profissionais liberais e aqueles que não o recolhem na pessoa física.

Aqueles que fazem a declaração simplificada ou que pretendem investir um montante maior que 12% de sua renda bruta anual, também encontram nesse produto uma opção mais adequada, pois da outra forma perderiam parcial ou totalmente – dependendo do tipo de declaração de Imposto de Renda – o benefício de dedução da renda bruta.

Cerbasi (2008) cita que no ato de gozo do benefício, o imposto a ser recolhido corresponde apenas ao lucro obtido durante o período de investimento, e não sobre o valor total resgatado, como no PGBL. O autor também destaca vantagens em relação à liberação de inventário neste plano previdenciário.

6.5.2.3 Regimes de Tributação

O contribuinte pode optar por dois tipos distintos quanto ao pagamento do Imposto de Renda.

O primeiro é o Regime de Tributação Regressivo, que beneficia aqueles que possuem uma visão de longo prazo, pois possuem uma tabela regressiva de alíquotas em relação ao tempo de acumulação. Podemos observar na figura abaixo a tabela de alíquotas vigente no momento:

Tempo de Acumulação	Alíquota
0 a 2 anos	35%
2 a 4 anos	30%
4 a 6 anos	25%
6 a 8 anos	20%
8 a 10 anos	15%
Acima de 10 anos	10%

Quadro 4: Imposto de Renda - Regime de Tributação Regressivo
Fonte: Cerbasi (2008, p. 228)

Segundo Cerbasi (2008), os optantes deste regime de tributação devem levar em consideração que a tributação é na fonte e definitiva, ou seja, não pode ser deduzida de futuras declarações anuais de Imposto de Renda.

Na ocasião do resgate, o imposto incidente dependerá do montante depositado em cada faixa de acumulação. Exemplificando, um investidor que fez depósitos mensais regulares durante os últimos sessenta meses, recolherá o imposto da seguinte maneira: sobre os últimos vinte e quatro depósitos incidirá a alíquota de 35%; sobre os vinte e quatro depósitos antecedentes, a alíquota será de 30% e sobre os doze restantes será de 25%.

Observamos que, conforme o nome deste regime de tributação, as alíquotas são regressivas à medida que o tempo vai passando.

O segundo tipo é o Regime de Tributação Progressivo. Cerbasi (2008) afirma que, optando por este regime, não há retenção de impostos a exemplo do outro regime, porém no ato do resgate, sobre os lucros no caso do VGBL ou o montante total, no caso do PGDL, é aplicada a tabela de Imposto de Renda progressiva vigente na ocasião. A tabela abaixo indica as alíquotas referentes à declaração de renda do ano de 2009:

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do I.R. (R\$)
Até 1.372,81	-	-
De 1.372,82 até 2.743,25	15,0	205,92
Acima de 2.743,25	27,5	548,82

Quadro 5: Imposto de Renda – Regime de Tributação Progressivo
Fonte: Receita Federal do Brasil (2009)

6.6 Planejamento Financeiro Pessoal

Segundo Macedo Jr. (2007, p. 26), “planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal”. Com base no autor, podemos perceber já desde o início que em qualquer ramo de atuação o planejamento não faz sentido se não existir uma meta.

Se a meta traçada é praticamente inatingível, acaba causando frustração no indivíduo, que vive apenas para tentar diminuir a distância a ser percorrida até a obtenção da mesma, ao invés de aproveitar a vida. Tiba (2005, p. 216),

cita que “infeliz é a pessoa que sofre pelo que não tem. Feliz é a pessoa que usufrui tudo que tem”.

Para Kiyosaki (2001), as crianças tendem a criar uma “fórmula mágica” para o sucesso, quando têm entre nove e quinze anos. Se não vão bem na escola, direcionam-se para algum esporte ou atividade cultural, onde têm a segurança de que possam ter um futuro melhor. Essa é a explicação para adultos que em alguma parte da vida descobrem que a fórmula mágica que criaram na infância e adolescência, na verdade era um caminho errado. Devido a este motivo, segundo ele, ocorrem guinadas nas carreiras de profissionais, às vezes até bem sucedidos, na faixa dos quarenta anos. É na realidade um conflito existencial gerado na infância e decidem de fato seguir a aptidão que no momento consideram a mais correta.

Os dois próximos tópicos são exemplos de ferramentas contábeis e financeiras aplicáveis desde grandes organizações a um simples planejamento financeiro pessoal ou familiar.

6.6.1 Balanço Patrimonial Pessoal

Halfeld (2008, p. 132) destaca que o Balanço Patrimonial “é uma fotografia da situação financeira de uma pessoa ou de uma empresa em uma determinada data”.

Esta ferramenta contábil engloba três elementos básicos, responsáveis pela identificação de seus bens e direitos e o grau de endividamento e obrigações que a pessoa física ou jurídica possui.

Por convenção, o ativo é localizado do lado esquerdo do Balanço Patrimonial e é representado pelos bens e direitos, mesmo que ainda não amortizados. A classificação vertical de suas contas acontece pela ordem de liquidez dos ativos, sendo normalmente dividido em grupos, de acordo com a complexidade do demonstrativo. As classificações mais comuns são: Ativo Circulante, Realizável a Curto Prazo, Realizável a Longo Prazo, Permanente ou Imobilizado, entre outras.

No lado direito da demonstração, no quadrante superior aparecem as obrigações e dívidas a serem amortizadas, chamadas de Passível Exigível.

Suas contas são classificadas verticalmente pelo prazo a serem exigidas pelos credores e normalmente classificam-se em: Curto Prazo e Longo Prazo.

Na seqüência, Halfeld (2008) cita que logo abaixo do passível exigível, está localizado o Patrimônio Líquido, que representa a riqueza possuída.

O Balanço Patrimonial deve respeitar a equação “Ativo total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido”, conforme mostra o exemplo abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL DA FAMÍLIA SILVA
31/12/2009

ATIVO		PASSIVO EXIGÍVEL	
<u>Curto Prazo</u>		<u>Curto Prazo</u>	
Caixa em conta corrente	R\$ 6.000,00	Financiamento Apartamento (parcelas a vencer em 2010)	R\$ 12.000,00
<u>Longo Prazo</u>		<u>Longo Prazo</u>	
F.G.T.S.	R\$ 14.000,00	Financiamento Apartamento (37 parcelas restantes)	R\$ 37.000,00
<u>Permanente ou Imobilizado</u>		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Carro Popular	R\$ 20.000,00	Ativo - Passivo Exigível	R\$ 71.000,00
Apartamento	R\$ 80.000,00		
TOTAL	R\$ 120.000,00	TOTAL	R\$ 120.000,00

Quadro 6: Exemplo de Balanço Patrimonial
Fonte: Dados primários

6.6.2 Fluxo de Caixa Pessoal

Segundo Zdanowicz (2004, p.40), fluxo de caixa é o “conjunto de ingressos e desembolsos do numerário ao longo de um período projetado” e “consiste na representação dinâmica da situação financeira”.

Com base nesta afirmação, entendemos que, basicamente, trata-se do controle de entradas e saídas de dinheiro do indivíduo durante os dias do mês.

É uma importante ferramenta de planejamento e gestão das contas rotineiras que cercam a vida das pessoas. Com um fluxo de caixa construído, mesmo que de forma elementar, é possível se ter uma noção exata de quais dias do mês o indivíduo terá dinheiro suficiente para enfrentar as despesas

adquiridas. É possível também saber com exatidão em quais épocas é necessário um controle mais rígido sobre os gastos para que não haja déficit, diminuindo assim o risco da dependência dos juros para quitar as obrigações.

Macedo Jr. (2007) traça quatro cenários para um fluxo de caixa pessoal, que pode também ser aplicado à família. São eles: fluxo de caixa dos pobres, da classe média, dos ricos e dos que querem ficar ricos. O autor considera que os pobres consomem toda a renda mensal no enfrentamento das despesas, por isso a equação básica do fluxo de caixa dessas pessoas seria que a receita dos salários é igual às despesas correntes.

As famílias da classe média possuem um panorama diferente, quanto ao paralelo entre receitas e despesas. São também aqueles que dependem da receita de salários como exclusiva fonte de renda mensal, porém, além das despesas correntes, pagam juros, que normalmente são contraídos no financiamento de itens que agregam conforto à vida, como casa na praia, troca do carro a cada certo período de tempo. Além disso, sobre elas incidem os custos para sustentar os ativos, que muitas vezes são desproporcionais ou desnecessários para o tamanho da família, ou o estilo de vida que a mesma deseja.

Já, segundo Macedo Jr. (2007), o fluxo de caixa dos ricos, quando em relação às receitas, não se baseia somente nos salários, mas também na renda obtida com algum patrimônio, como por exemplo, o aluguel de um imóvel. Do outro lado, o das saídas, estão as despesas correntes, mais os investimentos, que no caso estão contribuindo para a obtenção de um patrimônio futuro, que gerará ainda mais renda, contribuindo para a positividade do fluxo de caixa.

Finalmente, o fluxo de caixa dos que querem ficar ricos é muito semelhante ao dos atualmente ricos. Portanto, o autor sugere que para manter um fluxo de caixa positivo é necessário regular os gastos mensais, de modo que parte possa ser investida e gerar ganho de capital, que se tornará no futuro a fonte principal de renda do indivíduo, passando o salário a ser o complemento.

Pode-se observar abaixo um modelo de fluxo de caixa, aplicável à grande maioria das famílias:

FLUXO DE CAIXA TRIMESTRAL DA FAMÍLIA D'AGOSTINI

	JAN	FEV	MAR
Saldo Inicial de Caixa	3.000,00	3.000,00	4.000,00
Aplicações	25.000,00	28.530,00	31.060,00
<u>1- Ingressos</u>			
Salários	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Recebimento de Aluguel	800,00	800,00	800,00
SOMATÓRIO	6.800,00	6.800,00	6.800,00
<u>2- Desembolsos</u>			
Água, Luz, Telefone, TV a cabo, Internet	1.200,00	1.200,00	1.200,00
Despesas com carro (manutenção, combustível)	400,00	400,00	400,00
Colégio do filho	500,00	500,00	500,00
Material escolar (parcelado em duas vezes)	250,00	250,00	-
IPTU Casa - 1/12	220,00	220,00	220,00
Viagens e passeios	700,00	700,00	700,00
SOMATÓRIO	3.270,00	3.270,00	3.020,00
<u>3- Resultados</u>			
Diferença no Período (Ingressos - Desembolsos)	3.530,00	3.530,00	3.780,00
Subtotal	6.530,00	6.530,00	7.780,00
Saldo Desejado	3.000,00	4.000,00	4.000,00
Dinheiro Disponível para Aplicar	3.530,00	2.530,00	3.780,00
Saldo Final	3.000,00	4.000,00	4.000,00

Quadro 7: Exemplo de Fluxo de Caixa

Fonte: Dados primários

7 Metodologia

O projeto de pesquisa proposto primeiramente terá seu foco na obtenção dos tópicos-chave no estudo da educação financeira pessoal e na didática de ensino infanto-juvenil.

Segundo Vergara (1997), os tipos de pesquisa devem ser subdivididos quanto aos fins, podendo ser: descritiva, exploratória, explicativa, aplicada, metodológica e intervencionista - e quanto aos meios, podendo ser: pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, participante, estudo de caso, pesquisa-ação ou *ex post facto*.

7.1 Caracterização da Pesquisa

A primeira etapa foi realizada por meio de pesquisa exploratória, pois exigirá do pesquisador um aprofundamento a respeito de livros e artigos científicos escritos por autores relacionados ao assunto.

A etapa seguinte consistiu em uma pesquisa descritiva visando à detecção da importância da Educação Financeira para os alunos matriculados no Ensino Fundamental do Colégio Catarinense, em Florianópolis/SC.

Para Cervo (2007, p. 62), “a pesquisa descritiva desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos”.

Os métodos utilizados na etapa descritiva foram pesquisa de campo e documental com os alunos matriculados nos sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental, no Colégio Catarinense, em Florianópolis, visando obter a opinião dos mesmos a respeito da importância deste tema e de sua inserção no cronograma letivo das escolas.

Para Lakatos & Marconi (1985), uma pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de obter informações sobre determinado problema, para o qual se procura uma resposta, ou então para descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

A última etapa consistiu na análise dos dados obtidos, confrontando com as referências bibliográficas já existentes sobre o assunto e a proposição de um método de ensino de Educação Financeira a ser incorporado ao cronograma anual das instituições de Ensino Fundamental da cidade.

7.2 Universo da Pesquisa

Lakatos & Marconi (1985) apontam que delimitar um universo de pesquisa é definir que pessoas, fenômenos, coisas serão pesquisadas, elencando suas características comuns, como: sexo, comunidade onde reside, faixa etária, padrão sócio-cultural, etc.

O universo desta pesquisa foram todos os alunos e professores dos sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental do Colégio Catarinense. Esta instituição foi escolhida pelo autor por conveniência e pela certeza de uma didática forte, constatada durante o tempo em que o pesquisador estudou na instituição e pelo comprometimento dos professores com o ensino, facilitando assim o desenvolvimento do estudo.

Segundo Oliveira (2002, p. 160), a amostra é uma parcela, que convenientemente selecionada do universo, consiste em um subconjunto do universo. Para o autor, a amostragem não-probabilística, a qual será utilizada na pesquisa, não pode ser objeto de certos procedimentos estatísticos, pois acarreta na chance de interferência nos resultados obtidos na amostra e deve ser considerada uma margem de erro proporcional, pois toda a população não é entrevistada.

Com base nos motivos citados acima, o pesquisador decidiu realizar um censo entre todos os alunos matriculados entre os sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental do Colégio Catarinense, para evitar interferências e falhas estatísticas na ocasião da análise dos resultados.

7.3 Coleta e Análise de Dados

Prodanov (2003), afirma que os dados são classificados de duas maneiras: primários e secundários.

Os dados primários são aqueles extraídos pelo pesquisador de sua população-alvo. Os secundários são aqueles já disponíveis, podendo ser consultados mediante pesquisa bibliográfica ou documental.

Seguindo a classificação de Zanella (2006), as variáveis obtidas foram qualitativas, pois retrataram atributos ou qualidades em relação ao tema pesquisado.

O método utilizado foi a aplicação de questionários aos alunos e entrevista presencial com os professores da disciplina de Matemática e orientadores pedagógicos.

Lakatos & Marconi (1985) avaliam o questionário como um instrumento de coleta de dados que deve ser respondido sem a presença do entrevistador, juntamente com uma nota explicativa a fim de relevar a importância e a necessidade de respostas e despertando o interesse e o comprometimento com a devolução do mesmo, pois o público-alvo é composto por crianças e pré-adolescentes.

A elaboração do questionário levou em conta abranger todas as possibilidades de resposta, aliadas a um *layout* que permitisse ao pesquisador tabular de forma objetiva e sem viés de posição. As perguntas constantes no documento foram em sua maioria tricotômicas, com respostas fechadas.

Na parte final do documento constavam duas questões de escolha múltipla, onde os entrevistados poderiam assinalar quantas alternativas achassem convenientes.

Zanella (2006, p. 111) cita que “nas perguntas com respostas de escolha múltipla, o pesquisador deve se preocupar com o número de alternativas fornecidas e os vieses de posição.

Depois de elaborado, o questionário foi submetido à apreciação da Orientadora Pedagógica do segmento de Sextos a Nonos anos do Colégio Catarinense, Prof^a Maria Inês C. da Silva Meyer, para adaptação da linguagem ao maior entendimento dos alunos.

O pré teste foi aplicado em uma turma de sexto ano, sendo no ato da aplicação, sugerida a inclusão de uma questão informando o sexo do respondente, a qual foi incluída no questionário definitivo.

Os resultados obtidos no pré-teste foram incluídos à base de dados, pois não indicaram nenhuma mudança nas demais questões e o preenchimento do sexo foi feita pelos respondentes na ocasião do pré-teste, o que o valida para uma análise sem distorção.

8 Pesquisa de Campo

Visando alcançar o objetivo específico proposto de identificar o grau de familiarização dos alunos com o tema em estudo, foi aplicado um questionário contendo onze perguntas objetivas, de caráter pessoal que foram respondidas pelos alunos, que perfizeram um total de setecentos e sete alunos.

As duas primeiras perguntas do questionário tiveram como objetivo classificar os respondentes em dois estratos distintos: sexo e ano escolar.

Uma vez classificados, pode-se observar se os resultados globais obtidos em cada questão sofrem distorção em relação ao sexo do respondente ou sua idade, correspondente pelo ano escolar cursado.

O resultado obtido consta da tabela e do gráfico abaixo e demonstra o percentual dos alunos divididos por sexo e ano escolar:

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	Percentual	Total	Percentual		
Sexto Ano	98	46,89%	111	53,11%	209	100,00%
Sétimo Ano	107	47,98%	116	52,02%	223	100,00%
Oitavo Ano	119	43,27%	156	56,73%	275	100,00%
Total geral	324	45,64%	383	54,36%	707	100,00%

Tabela 1: Distribuição entre Sexo e Ano Escolar Cursado

Fonte: Dados primários

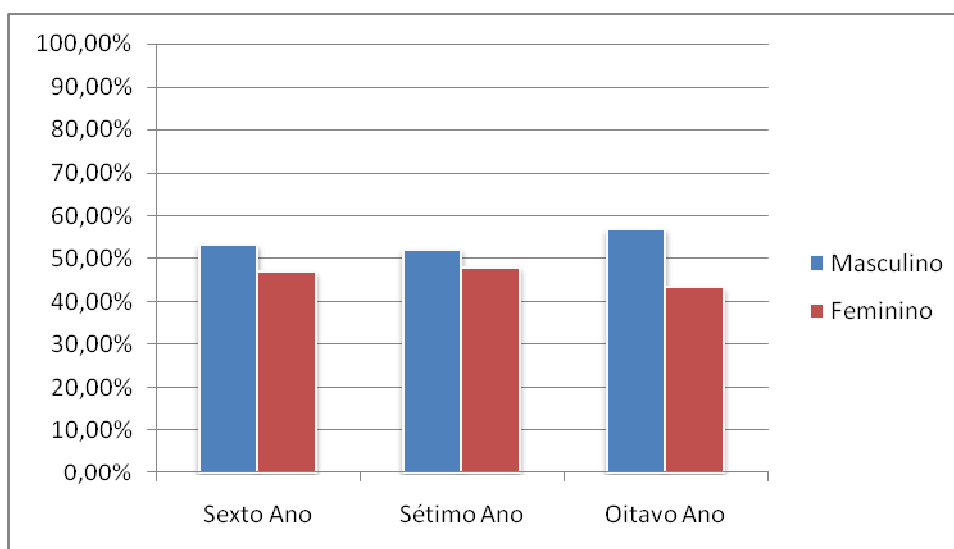


Gráfico 1: Distribuição entre Sexo e Ano Escolar Cursado
Fonte: Dados primários

Observa-se que entre os alunos matriculados, há uma maior incidência do sexo masculino e que os alunos do Oitavo Ano representam uma parcela maior da população. Por este motivo, nas perguntas a seguir, o cruzamento de dados será feito em relação a duas variáveis principais: sexo e ano escolar.

A terceira pergunta teve como objetivo identificar se o aluno já havia conversado com seus parentes sobre dinheiro ou algo relacionado à economia em geral. A questão foi apresentada na seguinte formatação: “Você já conversou com seus parentes sobre algo relacionado a dinheiro?” e permitiu dois tipos de resposta: “Sim” e “Não”.

	Total	Percentual
Sim	623	88,12%
Não	55	7,78%
Sem resposta	29	4,10%
Total geral	707	100,00%

Tabela 2: Questão nº 3 - Percentual Global
Fonte: Dados primários

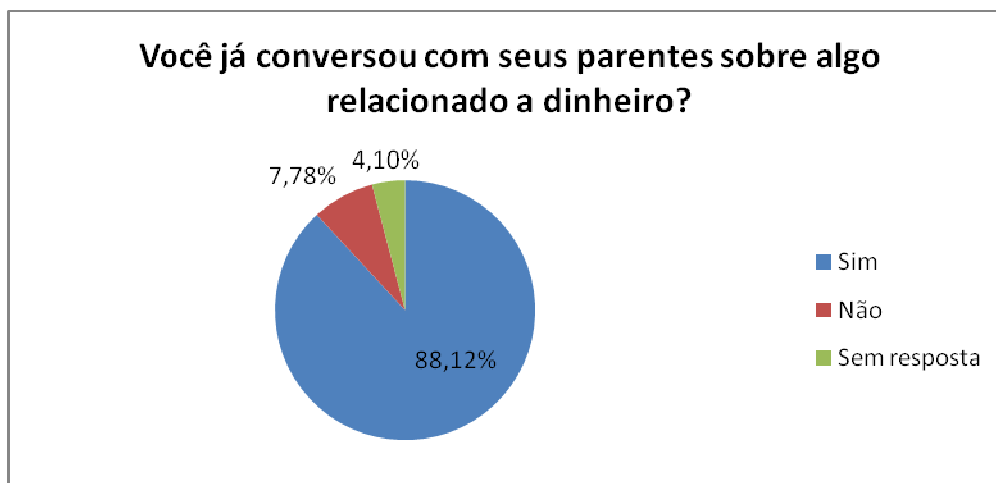


Gráfico 2: Questão nº 3 - Percentual Global
Fonte: Dados primários

Noventa e dois por cento dos entrevistados responderam que já haviam conversado com seus parentes sobre o tema, sendo que menos de oito por cento responderam negativamente. Conforme o gráfico acima, o índice de não resposta da pergunta foi de 4%.

Quando divididos em relação ao ano escolar que estão cursando, observa-se que à medida que a criança vai crescendo, o grupo que já conversou com parentes sobre algo relacionado a dinheiro vai aumentando.

A porcentagem cresce de 86% entre os alunos do Sexto Ano para 89% entre aqueles do Oitavo Ano, como demonstra o gráfico abaixo:

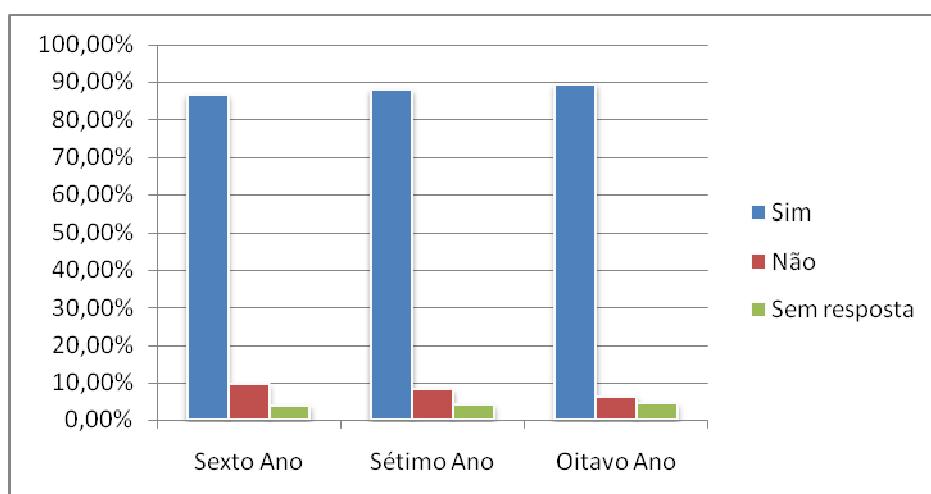


Gráfico 3: Questão nº 3 – Análise em função da variável “Ano Escolar”
Fonte: Dados primários

		6º Ano	7º Ano	8º Ano	Total
Sim	Total	181	196	246	623
	%	86,60%	87,89%	89,45%	88,12%
Não	Total	20	18	17	55
	%	9,57%	8,07%	6,18%	7,78%
Sem Resposta	Total	8	9	12	29
	%	3,83%	4,04%	4,36%	4,10%
Total		209	223	275	707

Tabela 3: Questão nº 3 – Análise em função da variável “Ano Escolar”
Fonte: Dados primários

Segmentando os alunos entre os sexos masculino e feminino, os percentuais estão próximos em relação à média global, demonstrando que a variável sexo não é determinante em relação à conversa com os parentes a respeito do tema.

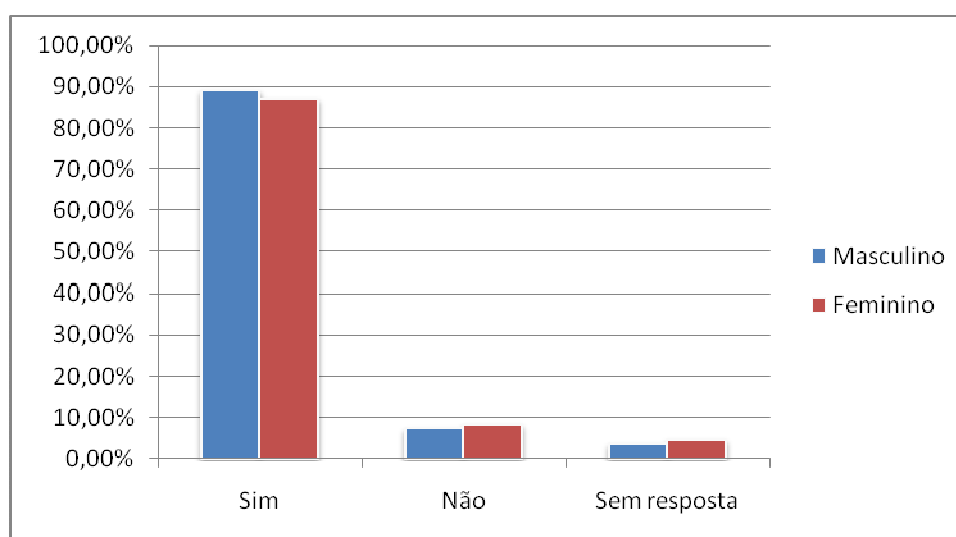


Gráfico 4: Questão nº 3 – Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	Percentual	Total	Percentual		
Sim	282	87,04%	341	89,03%	623	88,12%
Não	27	8,33%	28	7,31%	55	7,78%
Sem resposta	15	4,63%	14	3,66%	29	4,10%
Total	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 4: Questão nº 3 – Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

A quarta pergunta do questionário diz respeito ao acesso dos alunos à bibliografias sobre o tema para suas respectivas faixas etárias. Seu objetivo foi identificar a porcentagem dos estudantes que já haviam tido contato com alguma bibliografia da área, o que facilitaria a ambientação com o tema.

A questão foi apresentada da seguinte forma: "Você já leu ou ouviu falar de algum livro sobre Educação Financeira para sua idade?" e deu ao respondente três opções de resposta: "Sim, já li", "Sim, já ouvi falar" e "Não". Por fim, para os que afirmavam já haver lido ou ouvido falar, tinham a possibilidade de colocar o título em uma linha abaixo.

O gráfico abaixo, seguido pela tabela de categorias, mostra que a grande maioria dos estudantes nunca leu ou sequer ouviu falar de alguma bibliografia a respeito de Educação Financeira, o que retrata a escassez de livros atendendo a esse segmento ou a dificuldade de acesso por parte das crianças a estes materiais.

Os dados obtidos reforçam a necessidade da implantação de disciplinas nesta área para os alunos do Ensino Fundamental.

Entre os 171 entrevistados, 24% do total, que optaram pela variável, apenas 31 deles já haviam lido de fato algum livro, tendo os outros apenas ouvido falar a respeito, o que corresponde a uma parcela de menos de 5% dos respondentes.

O espaço disponível para o título da obra que conheciam foi utilizado apenas por 15 alunos, ou seja, uma pequena parcela dentro o pequeno grupo que escolheu uma das alternativas "Sim".

Os títulos citados foram:

Autor	Título	N° Citações
Robert Kiyosaki	Pai Rico, Pai Pobre	8
Não informado	Segredos de uma mente milionária	2
Não informado	As aventuras de um pequeno executivo	1
Gustavo Cerbasi	Filhos inteligentes enriquecem sozinhos	1
Não informado	Jornal Empresarial	1
Não informado	Investimento para Crianças	1
Não informado	Financiando para toda sua vida	1

Tabela 5: Questão 4 - bibliografia citada pelos entrevistados
 Fonte: Dados primários

Abaixo, os resultados globais obtidos na questão, ou seja, sem a separação por sexo ou ano escolar cursado:

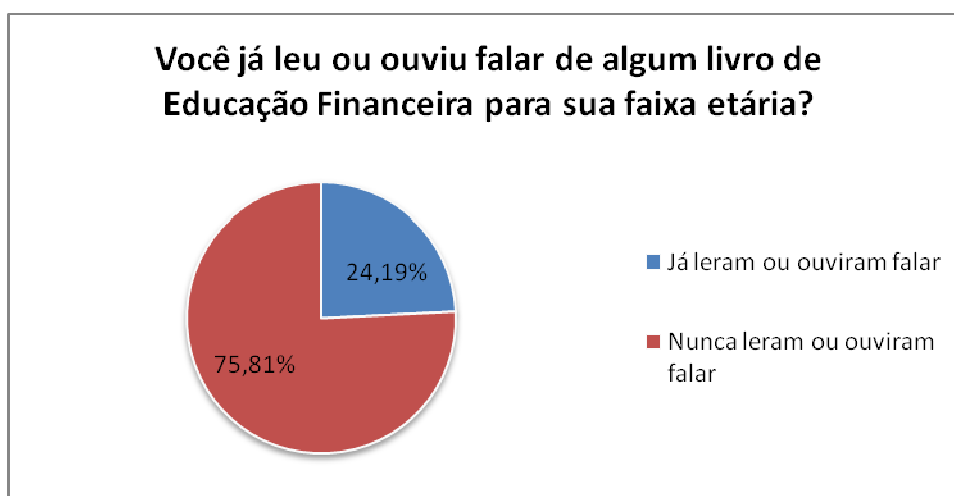


Gráfico 5: Questão nº 4 - Resultado Global
 Fonte: Dados primários

	Total	Percentual
Não	536	75,81%
Sim, já ouvi falar	140	19,80%
Sim, já li	31	4,38%
Total geral	707	100,00%

Tabela 6: Questão nº 4 - Resultado Global
 Fonte: Dados primários

Quando analisados por sexo, os entrevistados do sexo masculino possuíram um índice de 26% de conhecimento de algum material sobre o tema, contra 21% do sexo feminino, o que indica que os indivíduos do sexo masculino têm, em média, um maior índice de conhecimento de bibliografias a respeito. O gráfico abaixo demonstra os percentuais apresentados:

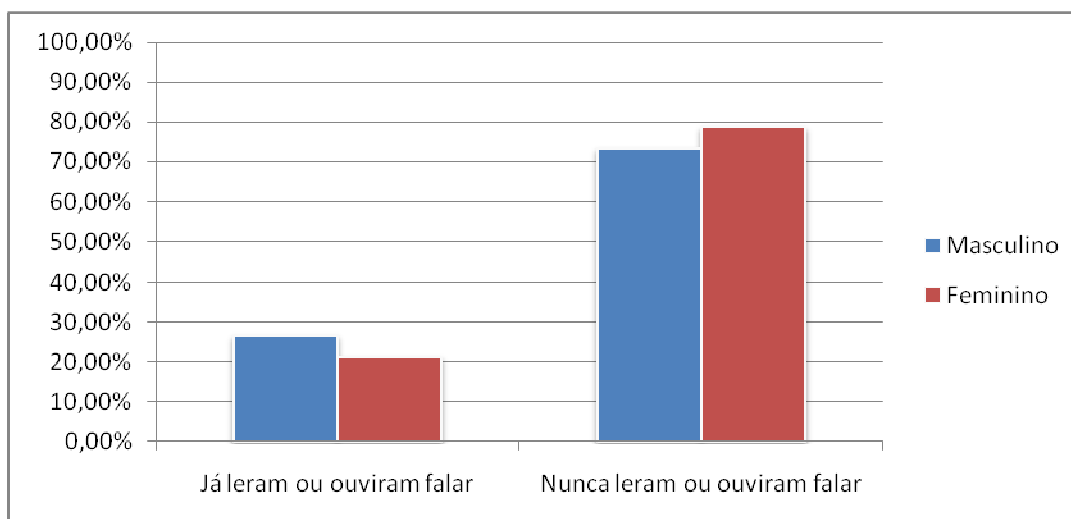


Gráfico 6: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	%
	Total	%	Total	%		
Não	255	78,70%	281	73,37%	536	75,81%
Ouvi falar	60	18,52%	80	20,89%	140	19,80%
Sim	9	2,78%	22	5,74%	31	4,39%
Total geral	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 7: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

Pela distribuição por ano cursado, a pesquisa indica que, entre os alunos de sexto e sétimo ano respectivamente, há um acréscimo de aproximadamente 4% no índice de alunos que têm conhecimento sobre livros na área de Educação Financeira. O resultado obtido é compatível com o esperado pelo pesquisador, pois à medida que a criança vai crescendo vai descobrindo novas bibliografias e ampliando seu leque de conhecimento.

Porém, entre os alunos de sétimo e oitavo ano, nota-se uma queda de aproximadamente 10% do índice de alunos com conhecimento a respeito do tema. Como podemos visualizar no gráfico a seguir, o percentual de entrevistados com resposta “Sim” aumentou de 24,87% entre os do sexto ano para 28,70% entre os do sétimo, com uma queda brusca para aqueles dos oitavos anos, que obtiveram exatos 20% de conhecimento apenas.

Isto pode ser explicado pelo menor comprometimento dos alunos dos oitavos anos em relação aos de sextos e sétimos, no ato do preenchimento dos questionários. O oitavo ano possuiu o maior índice de rejeição e desinteresse sobre o tema, e também o maior percentual de não-resposta das perguntas do questionário.

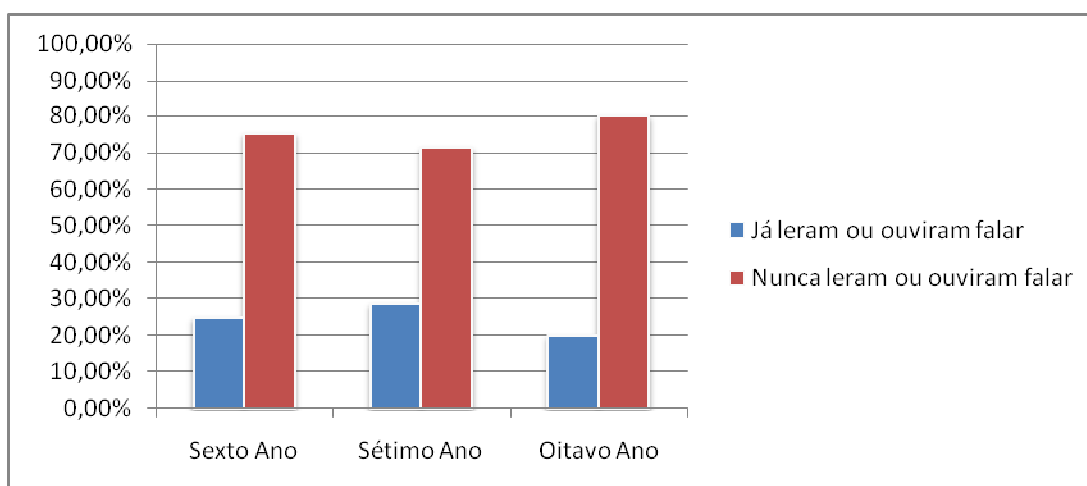


Gráfico 7: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Ano Escolar"

Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Não	157	75,12%	159	71,30%	220	80,00%	536	75,81%
Sim, já ouvi falar	43	20,57%	56	25,11%	41	14,91%	140	19,80%
Sim, já li	9	4,31%	8	3,59%	14	5,09%	31	4,38%
Total geral	209	100,00%	223	100,00%	275	100,00%	707	100,00%

Tabela 8: Questão nº 4 - Análise em função da Variável "Ano Escolar"

Fonte: Dados primários

A quinta pergunta da entrevista aos alunos pretendia identificar o grau de curiosidade e o interesse que os alunos têm em aprender mais sobre

finanças pessoais. Os entrevistados foram perguntados da seguinte forma; “Possui curiosidade em aprender mais sobre finanças?” e possuíam duas opções de resposta: “Sim” e “Não”.

Os resultados foram muito positivos e confirmaram a hipótese do pesquisador ao indicarem uma grande parcela de alunos com interesse em aprender mais sobre finanças. Para a continuação do projeto este dado é relevante, pois o interesse entre a população que estará sujeita à aplicação da metodologia é ponto-chave, uma vez que o interesse está diretamente relacionado à possibilidade do alcance dos objetivos propostos.

O gráfico e a tabela abaixo ilustram os percentuais obtidos:

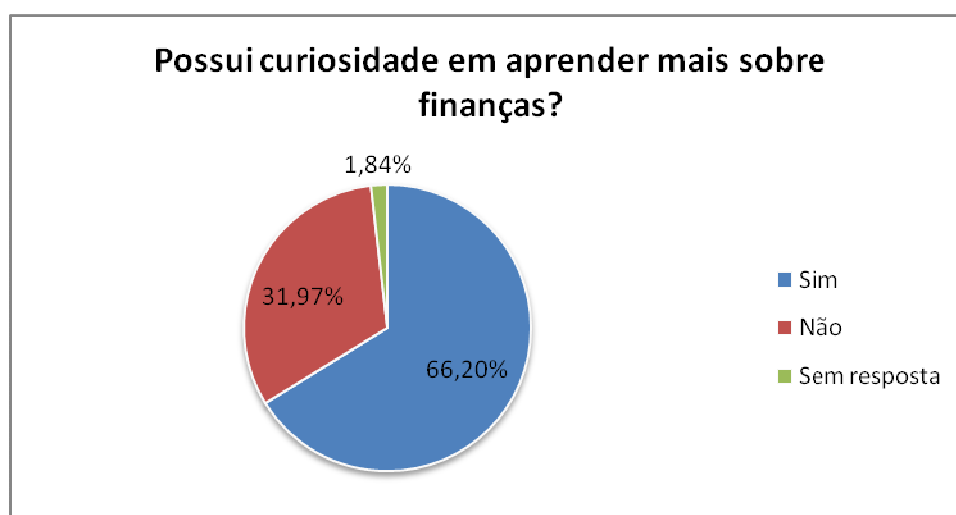


Gráfico 8: Questão nº 5 - Resultado Global
Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	Percentual	Total	Percentual		
Sim	197	60,80%	271	70,76%	468	66,20%
Não	121	37,35%	105	27,42%	226	31,97%
Sem resposta	6	1,85%	7	1,83%	13	1,84%
Total	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 9: Questão nº 5 - Resultado Global
Fonte: Dados primários

Quando divididos por sexo, os resultados obtidos mostram que o percentual de alunos que possuem curiosidade em aprender mais sobre finanças é maior entre os respondentes do sexo masculino, onde 70,76%

indicaram que possuem curiosidade em aprender mais sobre finanças contra 60,80% dentre as respondentes do sexo feminino.

Entre os que não responderam, os percentuais entre os sexos são iguais e totalizaram 13 questionários.

Com base no gráfico abaixo, a exemplo da pergunta anterior, nota-se que, ao menos entre a faixa etária de sextos a oitavos anos, os alunos do sexo masculino estão mais contextualizados com o tema.

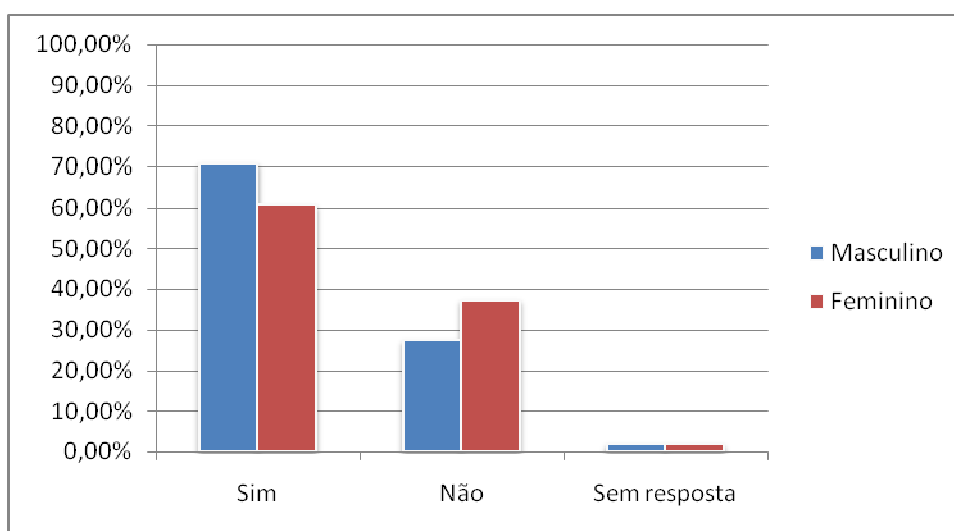


Gráfico 9: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	%
	Total	%	Total	%		
Sim	197	60,80%	271	70,76%	468	66,20%
Não	121	37,35%	105	27,42%	226	31,97%
Sem resposta	6	1,85%	7	1,83%	13	1,84%
Total geral	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 10: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

Ao classificá-los pelo ano escolar cursado, constata-se que à medida que os alunos vão crescendo, o percentual de interesse em aprender mais apresentou um decréscimo, o que representa um resultado preocupante, pois ignoram, à medida que vão crescendo, uma área de conhecimento amplamente utilizada na vida adulta.

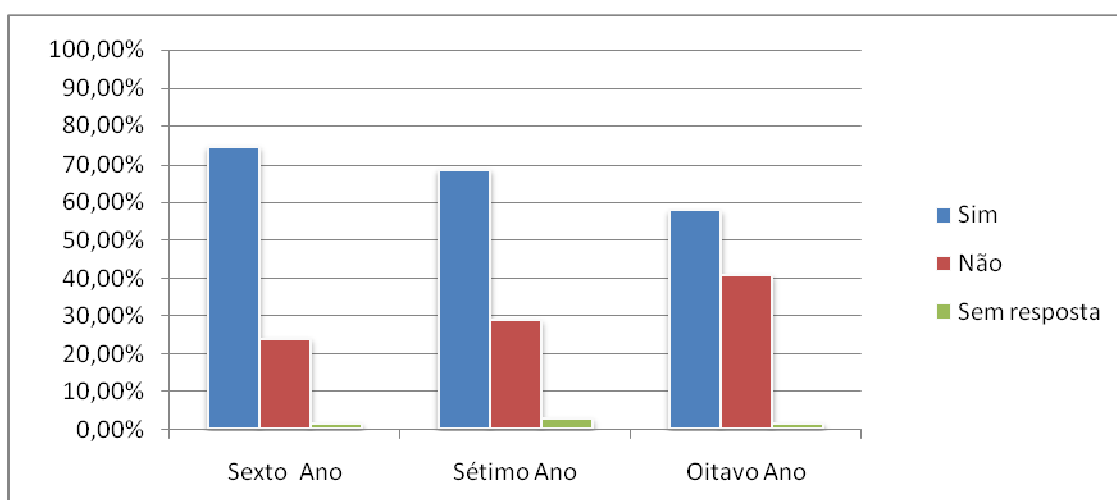


Gráfico 10: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Ano Escolar"
Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Sim	156	74,64%	153	68,61%	159	57,82%	468	66,20%
Não	50	23,92%	64	28,70%	112	40,73%	226	31,97%
Sem resposta	3	1,44%	6	2,69%	4	1,45%	13	1,84%
Total geral	209	100,00%	223	100,00%	275	100,00%	707	100,00%

Tabela 11: Questão nº 5 - Análise em função da variável "Ano Escolar"
Fonte: Dados primários

A sexta questão visava identificar a opinião dos alunos a respeito do ensino de Educação Financeira nas escolas. Foi apresentada aos respondentes na seguinte formatação: “Qual a sua opinião a respeito do ensino de Educação Financeira nas escolas?” e permitia quatro possibilidades de resposta: “Muito útil”, “Útil”, “Indiferente” e “Inútil”. Seis alunos não responderam à questão, o que corresponde a menos de 1% dos entrevistados.

A resposta dos alunos a esta questão foi extremamente positiva, indicando que mais de 78% dos alunos crêem que o ensino de Educação Financeira é “Muito útil” ou “Útil”, comprovando a relevância da abordagem do tema entre os estudantes desta faixa etária.

Outros 12% consideraram inútil o ensino desta disciplina, ou seja, não se mostram contrários, apenas crêem que é indiferente abordá-la ou não nos sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental.

O índice de votantes pela alternativa “Inútil” corresponde a menos de 8% dos entrevistados, como mostra o gráfico e a tabela abaixo, o que contribui ainda mais para a viabilidade do estudo proposto.

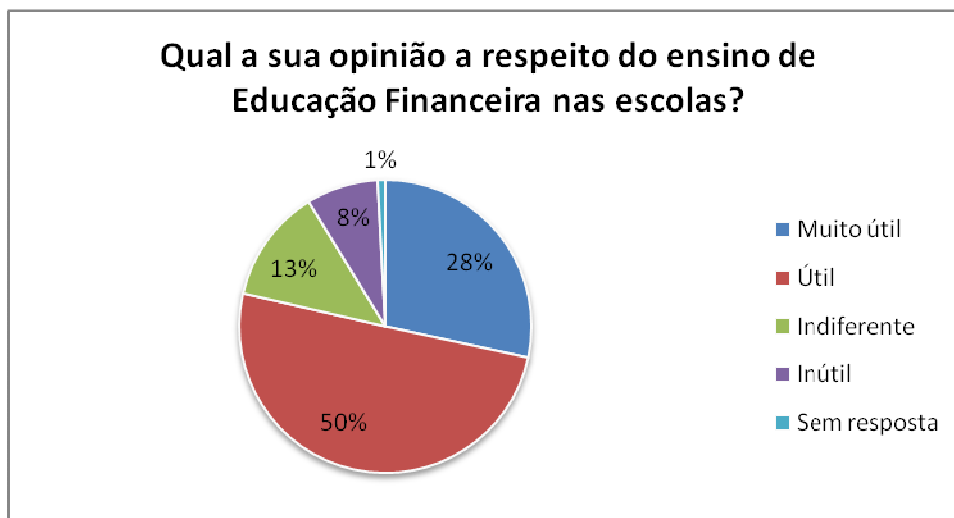


Gráfico 11: Questão nº 6 - Resultado Global
Fonte: Dados primários

	Total	Percentual
Muito útil	201	28,43%
Útil	355	50,21%
Indiferente	89	12,59%
Inútil	56	7,92%
Sem resposta	6	0,85%
Total geral	707	100,00%

Tabela 12: Questão nº 6 - Resultado Global
Fonte: Dados primários

Um fato curioso entre os respondentes desta alternativa é que, mesmo considerando inútil o ensino de Educação Financeira, 30,35% deles haviam respondido na questão anterior que possuíam interesse em aprender mais sobre finanças. Fica a contradição, pois seria um contra-senso alguém possuir interesse em aprender mais a respeito de alguma coisa que crê ser inútil.

Quando divididos por sexo, observa-se que a variável “sexo” não interfere na escolha entre as alternativas, pois as divergências obtidas estão

abaixo da margem de erro e não é possível correlacionar entre os sexos, uma maior ou menor tolerância ao tema.

O único ponto a salientar é a diferença de cinco pontos percentuais na alternativa “Indiferente”, onde há uma maior escolha pelas respondentes do sexo feminino.

Os resultados obtidos estão ilustrados no gráfico e tabela abaixo:

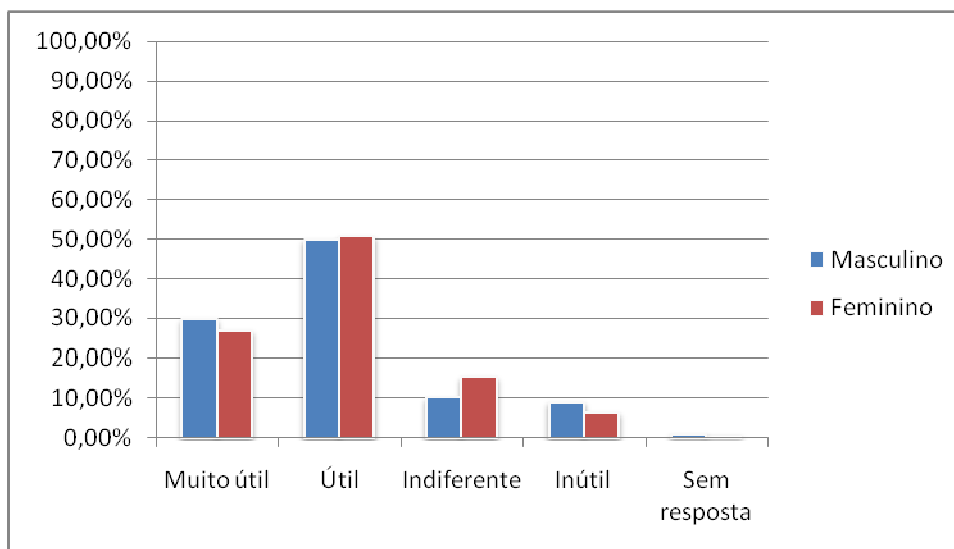


Gráfico 12: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	%
	Total	%	Total	%		
Muito útil	87	26,85%	114	29,77%	201	28,43%
Útil	164	50,62%	191	49,87%	355	50,21%
Indiferente	50	15,43%	39	10,18%	89	12,59%
Inútil	21	6,48%	35	9,14%	56	7,92%
Sem resposta	2	0,62%	4	1,04%	6	0,85%
Total geral	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 13: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

Ao analisá-los de acordo com o ano escolar cursado, observa-se novamente uma menor tolerância entre os alunos do oitavo ano. Entre os que escolheram a alternativa “Muito útil” para designar o ensino da Educação Financeira, o percentual entre os alunos do sexto ano foi o maior de todos,

correspondendo a 33,01%, seguido pelo sétimo ano, com pouco mais de 29% e com uma diferença ainda maior para os respondentes do oitavo ano, onde os que escolheram esta alternativa corresponderam a apenas 24%.

Entre os que identificaram como “Útil” o ensino de Educação Financeira, os estudantes dos sextos e sétimos anos também corresponderam a uma parcela maior, quando comparados aos alunos matriculados no oitavo ano do Ensino Fundamental. A diferença, embora menos acentuada em relação à alternativa anterior, corresponde em média a sete pontos percentuais, como mostram o gráfico e a tabela abaixo.

Nota-se que a diferença entre o sexto e o oitavo ano é de nove pontos percentuais, o que na opinião do autor é preocupante, pois sistematicamente vem sendo obtido um resultado inferior entre os alunos do oitavo ano.

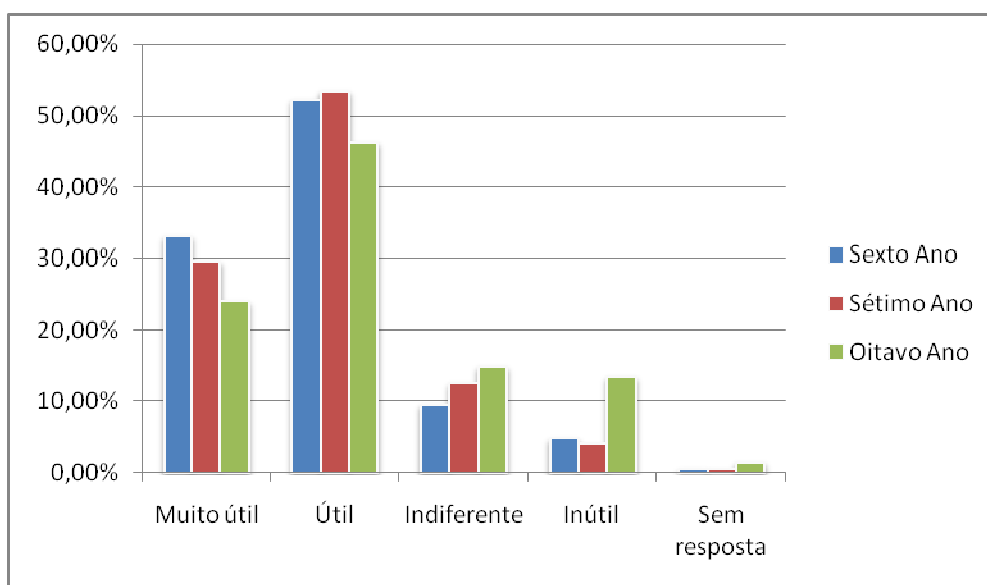


Gráfico 13: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Ano Escolar"
Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Muito útil	69	33,01%	66	29,60%	66	24,00%	201	28,43%
Útil	109	52,15%	119	53,36%	127	46,18%	355	50,21%
Indiferente	20	9,57%	28	12,56%	41	14,91%	89	12,59%
Inútil	10	4,78%	9	4,04%	37	13,45%	56	7,92%
Sem resposta	1	0,48%	1	0,45%	4	1,45%	6	0,85%
Total geral	209	100,00%	223	100,00%	275	100,00%	707	100,00%

Tabela 14: Questão nº 6 - Análise em função da variável "Ano Escolar"

Fonte : Dados primários

Entre os alunos que classificaram o ensino de Educação Financeira como "Indiferente" ou "Inútil", observa-se a crescimento acentuado deste percentual, quando comparados os resultados obtidos nos sextos, sétimos e oitavos anos, respectivamente. O percentual, que é de 14,35% entre os respondentes do sexto ano se mantém praticamente no mesmo nível, quando comparado ao resultado do sétimo ano.

Porém, há um crescimento notável, passando para 28,36% o percentual de alunos que consideram "Indiferente" ou "Inútil" o ensino de Educação Financeira entre os oitavos anos.

Isto mostra que, se a educação não for desenvolvida desde cedo, o interesse dos alunos em relação ao tema vai diminuindo gradativamente, tornando-os mais suscetíveis a erros de planejamento na fase adulta.

Nota-se também que o número de questionários sem resposta nesta pergunta entre os alunos do oitavo ano, apesar de abaixo da casa dos 2%, foi superior em termos percentuais aos outros alunos, o que vem sendo observado sistematicamente durante a pesquisa.

Observa-se que, entre os respondentes do sexo masculino que classificaram o ensino de Educação Financeira como "Indiferente" ou "Inútil", 60,81% deles são alunos do oitavo ano, percentual notavelmente maior que os dos sétimos e sextos anos, que tiveram aproximadamente 24% e 15% respectivamente. Entre as respondentes do sexo feminino, a diferença não é

tão acentuada, mas os oitavos anos também se destacam em relação à rejeição com 46% contra 26,76% dos sextos e sétimos anos.

A tabela e o gráfico abaixo ajudam na visualização dos percentuais obtidos nesta questão.

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	Percentual	Total	Percentual		
Sexto Ano	19	26,76%	11	14,86%	30	20,69%
Sétimo Ano	19	26,76%	18	24,32%	37	25,52%
Oitavo Ano	33	46,48%	45	60,81%	78	53,79%
Total geral	71	100,00%	74	100,00%	145	100,00%

Tabela 15: Questão nº 6 - Análise da rejeição entre "Sexo" e "Ano Escolar"
Fonte: Dados primários

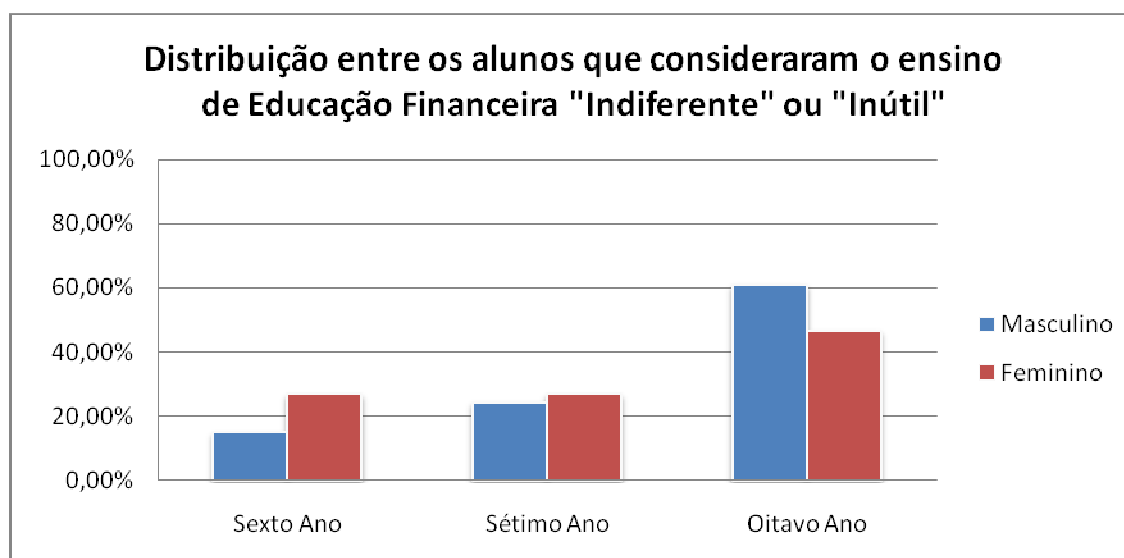


Gráfico 14: Questão nº 6 - Análise da rejeição entre "Sexo" e "Ano Escolar"
Fonte: Dados primários

A sétima pergunta do questionário permitiu aos entrevistados a escolha de mais de uma alternativa. Teve como objetivo identificar, entre termos comuns utilizados no mercado financeiro e de investimentos, aqueles que os alunos já haviam ouvido em casa, por meio de conversa dos parentes, noticiários na televisão ou algum outro meio de comunicação disponível.

As alternativas disponíveis foram: "Poupança", "Juros", "Aposentadoria", "Bolsa de valores", "Inflação", "Variação Cambial", "Planejamento Financeiro

Pessoal”, “Previdência”, “Fluxo de Caixa” e “Rentabilidade”. Estavam disponíveis nesta ordem, divididas em duas colunas verticais.

O índice de escolha das alternativas foi elevado, o que mostra que os alunos desta faixa etária têm contato freqüente em suas casas com o tema, sendo pelos meios de comunicação ou pelas conversas dos pais. A alternativa “Poupança” foi a mais escolhida, obtendo um percentual de 96,04%, tendo “Juros” e “Aposentadoria” também obtido resultados superiores a noventa pontos percentuais – 95,05% e 91,65% respectivamente. A alternativa “Bolsa de Valores” vem logo em seguida entre os respondentes, com 88,97%. Este alto percentual pode estar relacionado à crise mundial que veio à tona no ano de 2008, e foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Durante a aplicação dos questionários, foi comentado por alguns alunos que seus pais investiam na Bolsa de Valores e que alguns dos alunos entrevistados tinham interesse de trabalhar neste ramo no futuro.

Em seguida, com percentuais parecidos, na casa de 60%, aparecem as variáveis “Inflação” e “Variação cambial” ocupando a quinta e sexta posições entre os termos financeiros ouvidos dentro de casa. A variável “Planejamento Financeiro Pessoal”, na sétima colocação, é a última a ter um percentual de escolha superior a 50%, obtendo mais de 55% de escolha entre os entrevistados.

As variáveis “Previdência”, “Fluxo de Caixa” e “Rentabilidade” ocuparam as três últimas posições com percentuais de 43,56%, 36,92% e 33,38% respectivamente.

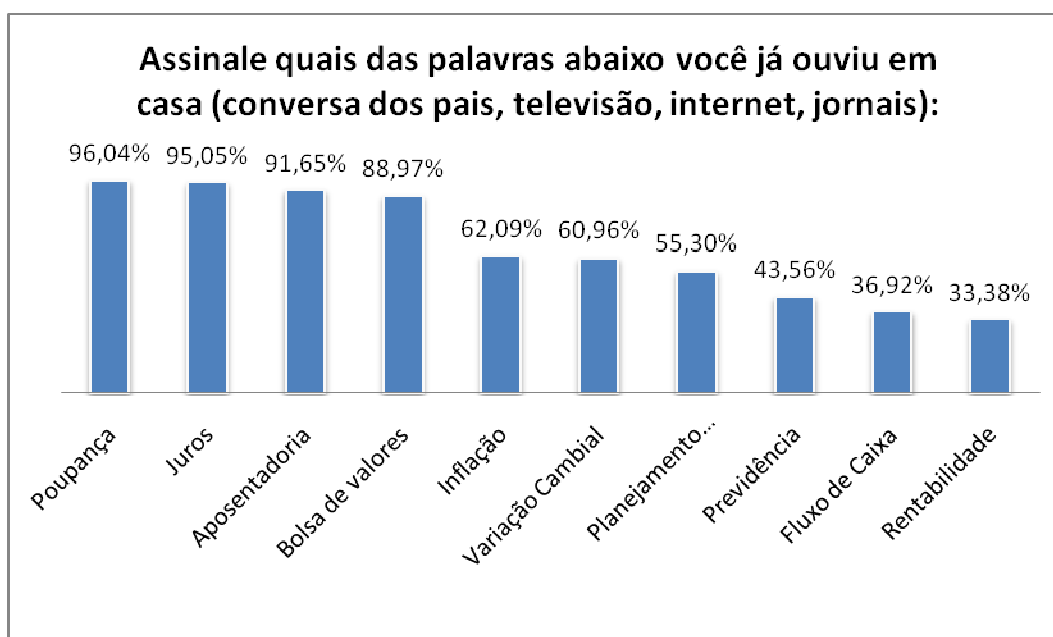


Gráfico 15: Questão nº 7 - Incidência de escolha das alternativas

Fonte: Dados primários

Alternativa	Percentual
Poupança	96,0%
Juros	95,0%
Aposentadoria	91,6%
Bolsa de valores	89,0%
Inflação	62,1%
Variação Cambial	61,0%
Planejamento Financeiro	55,3%
Previdência	43,6%
Fluxo de Caixa	36,9%
Rentabilidade	33,4%

Tabela 16: Questão nº 7 - Incidência de escolha das alternativas

Fonte: Dados primários

Após a análise do resultado global da pergunta, estes foram divididos de acordo com o Ano Escolar cursado e observa-se que os alunos do oitavo ano tiveram um percentual significativamente maior de preenchimento das alternativas em relação aos do sétimo e sexto ano. Como podiam assinalar quantas alternativas desejassem, um maior o percentual de preenchimento das questões, neste caso significa uma maior familiarização com os termos usados nas finanças, conforme indica o gráfico abaixo.

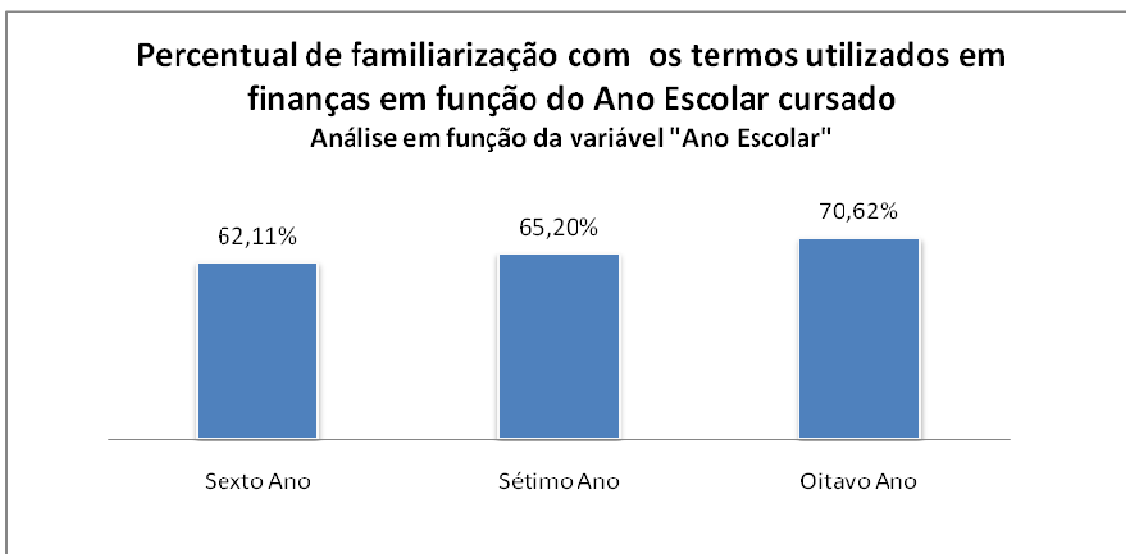


Gráfico 16: Questão nº 7 - Percentual de preenchimento
Fonte: Dados primários

Dividindo os entrevistados pelo ano escolar cursado, são identificados índices de familiarização similares no preenchimento das variáveis “Juros”, “Bolsa de Valores”, “Aposentadoria”, “Poupança” e “Fluxo de Caixa”, sendo as quatro primeiras as mais citadas entre os respondentes dos três anos escolares pesquisados, com valores próximos à casa de 90%.

Já, as variáveis “Previdência”, “Inflação”, “Variação Cambial”, “Rentabilidade” e “Planejamento Financeiro Pessoal” apresentam o mesmo comportamento: o crescimento gradativo do índice de escolha à medida que o ano escolar vai aumentando.

A conclusão que pode ser tirada após a análise dos resultados desta questão é que a primeira palavra que vem à cabeça dos alunos quando o assunto é finanças e investimentos é “poupança”, pois se trata da alternativa de investimento mais conhecida e difundida entre os brasileiros e corresponde à expectativa inicial do pesquisador de um grande índice de resposta às alternativas “Poupança” e “Aposentadoria”.

A grande surpresa entre os dados analisados é o percentual obtido pela alternativa “Bolsa de Valores”, que como identificada anteriormente, pode estar relacionada à grande crise que teve início no ano passada e seu impacto foi largamente difundido pelos meios de comunicação.

O gráfico e a tabela abaixo auxiliam a visualização dos resultados obtidos:

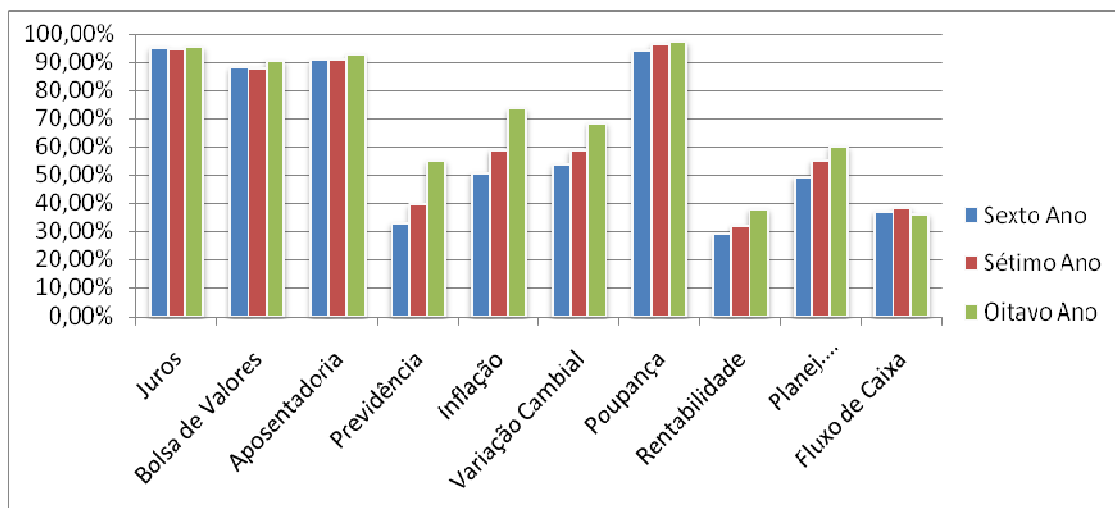


Gráfico 17: Questão nº 7 – % de escolha em função do Ano Cursado
Fonte: Dados primários

Alternativa	Ano Escolar Cursado		
	Sexto Ano	Sétimo Ano	Oitavo Ano
Juros	95,2%	94,6%	95,3%
Bolsa de Valores	88,0%	87,9%	90,5%
Aposentadoria	90,9%	91,0%	92,7%
Previdência	33,0%	39,5%	54,9%
Inflação	50,7%	58,7%	73,4%
Variação Cambial	53,6%	58,7%	68,4%
Poupança	94,2%	96,4%	97,1%
Rentabilidade	29,2%	31,8%	37,8%
Planejamento Financeiro	49,3%	55,2%	60,0%
Fluxo de Caixa	36,8%	38,1%	36,0%

Tabela 17: Questão nº 7 – % de escolha em função do Ano Cursado
Fonte: Dados primários

A oitava questão teve como objetivo identificar quais das alternativas oferecidas eram consideradas investimento pelos entrevistados, sendo que possuía dez opções de resposta, sendo permitido marcar quantas opções o entrevistado julgasse necessário.

O gráfico e a tabela abaixo ilustram os percentuais obtidos na questão:

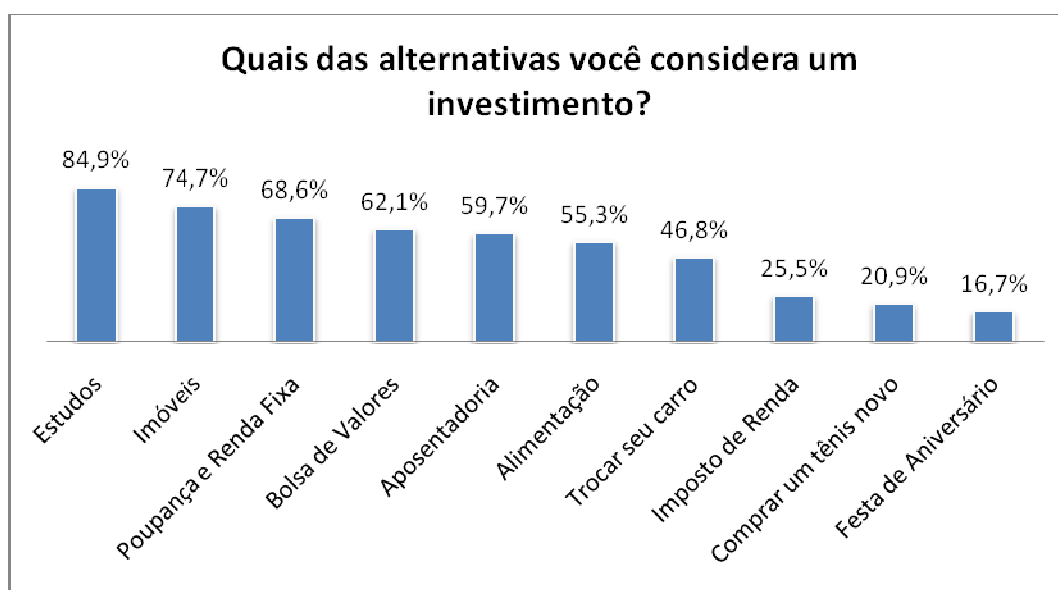


Gráfico 18: Questão nº 8 – Percentual de escolha das alternativas
Fonte: Dados primários

Alternativa	Percentual
Estudos	84,87%
Imóveis	74,68%
Poupança e Renda Fixa	68,60%
Bolsa de Valores	62,09%
Aposentadoria	59,69%
Alimentação	55,30%
Trocar seu carro por um novo	46,82%
Imposto de Renda	25,46%
Comprar um tênis novo	20,93%
Festa de Aniversário	16,69%

Tabela 18: Questão nº 8 – Percentual de escolha das alternativas
Fonte: Dados primários

A alternativa “estudos” foi a mais escolhida, consistindo na única a ultrapassar oitenta pontos percentuais. Halfeld (2008) considera a educação como a melhor herança que um pai pode deixar para seu filho. Baseado em pesquisas realizadas pelo IBGE, o autor demonstra o quanto cada nível de escolaridade alcançado representa um acréscimo de renda aos cidadãos brasileiros, como mostra o quadro abaixo:

Anos de Estudo	Rendimentos de Todas as Fontes
menos de 1 ano	R\$ 257,43
de 1 a 3 anos	R\$ 314,24
de 4 a 7 anos	R\$ 425,08
de 8 a 10 anos	R\$ 740,80
de 11 a 14 anos	R\$ 1.067,05
15 anos ou mais	R\$ 2.594,45

Quadro 8: Evolução da renda mensal por níveis de escolaridade no Brasil
 Fonte: Halfeld *apud* PNAD 2005 para a idade de 45 anos

A segunda alternativa mais citada foi “imóveis”, com 74% de resposta entre os entrevistados.

Cerbasi (2008) afirma que “uma economia em franco crescimento nas últimas décadas, como a brasileira, fez dos imóveis um grande investimento”.

Já, para Halfeld (2008), o investimento em imóveis é uma grande opção para aquele que pretende multiplicar seu dinheiro a longo prazo, porém implica alguns riscos, como a depreciação, invasões e outros fatores externos que podem trazer prejuízos durante este período.

Portanto, baseado nas afirmações dos dois autores acima, pode-se concluir que os imóveis não são só um investimento, mas sim uma grande alternativa para quem quer multiplicar seu dinheiro.

Na sequência, aparecem três atores do mercado financeiro, que são as alternativas “poupança e renda fixa” e “bolsa de valores” com percentuais na faixa de 68% e 62% respectivamente. Na ocasião da tabulação dos questionários, era esperado pelo autor que a alternativa “poupança e renda fixa” fosse a mais assinalada nesta questão, pelo fato de ter sido largamente a mais lembrada na questão anterior.

Em seguida, com aproximadamente 60%, a alternativa “aposentadoria” foi citada como um investimento, o que pode ser considerado, pois a previdência nada mais é que o acúmulo de recursos para o período em que houver o declínio da capacidade produtiva do indivíduo.

As cinco alternativas menos citadas são todas despesas, e possuíram um baixo índice de resposta. Vale apenas ressaltar que a alternativa “imposto

de renda” foi classificada por aproximadamente 25% dos entrevistados como um investimento.

Quando divididos pelo ano escolar cursado, nota-se uma queda no índice de escolha de alternativas que não consistem em investimento, como “festa de aniversário” e “imposto de renda” e observa-se também um crescimento gradativo na escolha da variável “imóveis” como alternativa de investimento.

Os resultados obtidos mostram que, com o crescimento do aluno, vai havendo também um maior entendimento do que pode ser classificado como investimento e do conceito de que, para ser considerado um investimento, deve necessariamente lhe trazer um ganho futuro.

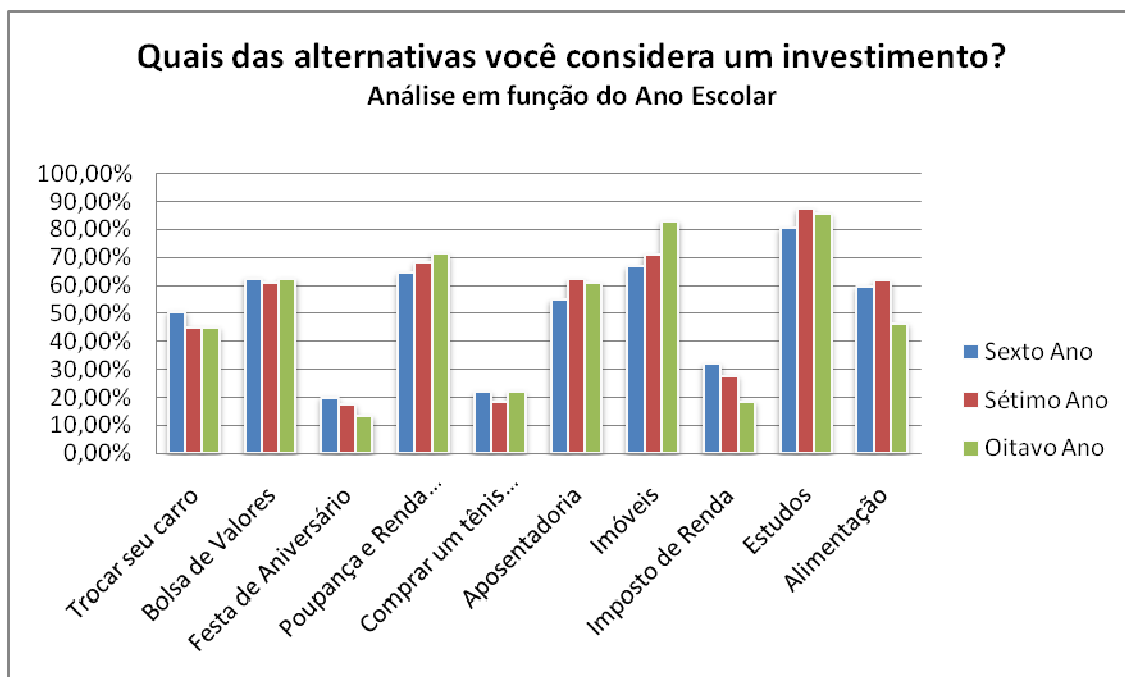


Gráfico 19: Questão nº 8 - Análise em função do Ano Escolar

Fonte: Dados primários

Alternativa	Ano Escolar Cursado		
	Sexto Ano	Sétimo Ano	Oitavo Ano
Trocar seu carro por um novo	50,72%	45,29%	45,09%
Bolsa de Valores	62,68%	60,99%	62,55%
Festa de Aniversário	20,10%	17,49%	13,45%
Poupança e Renda Fixa	64,59%	68,61%	71,64%
Comprar um tênis novo	22,01%	18,39%	22,18%
Aposentadoria	55,02%	62,33%	61,09%
Imóveis	66,99%	71,30%	83,27%
Imposto de Renda	32,06%	27,80%	18,55%
Estudos	80,86%	87,44%	85,82%
Alimentação	59,81%	61,88%	46,55%

Tabela 19: Questão nº 8 - Análise em função do Ano Escolar

Fonte: Dados primários

A nona questão teve como objetivo calcular o percentual de alunos que recebem mesada e dividi-los de acordo com a faixa etária, por meio do ano escolar que o entrevistado se encontra e identificar se há alguma relação da variável “sexo” em relação ao percentual de alunos que recebem mesada ou não. A pergunta foi apresentada na seguinte tabulação: “Você ganha mesada? (se você não ganha, pule para a pergunta 10)”.

A questão ofereceu duas alternativas de resposta: “Sim” e “Não” e instruiu àqueles que escolhessem a alternativa indicando não ganhar mesada a pularem para a décima primeira questão, pois a décima é uma pergunta exclusiva àqueles que ganham mesada. O percentual de não resposta foi menor que 1%, portanto não interferiu no resultado final obtido.

O gráfico e a tabela abaixo indicam que mais de 73% dos alunos ganham mesada dos familiares, o que valida o resultado esperado pelo pesquisador, que consistia em um grande percentual dos entrevistados na situação de recebedores de mesada.



Gráfico 20: Questão nº 9 - Percentual global
Fonte: Dados primários

Quando divididos pela variável “sexo” entre aqueles que recebem mesada, os respondentes do sexo masculino apresentaram um índice de 76% contra 70 % do sexo feminino.

Ou seja, apesar de percentuais parecidos, uma maior parcela dos alunos do sexo masculino recebe mesada dos familiares.

A proporção dos resultados obtidos, quando divididos pela variável “sexo” está ilustrada pelo gráfico e tabela abaixo:

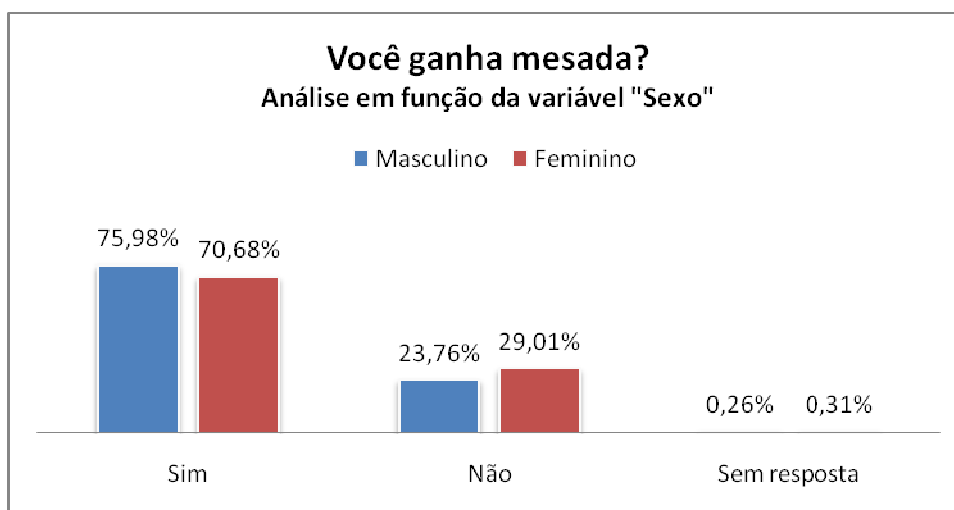


Gráfico 21: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	%	Total	%		
Sim	229	70,68%	291	75,98%	520	73,55%
Não	94	29,01%	91	23,76%	185	26,17%
Sem resposta	1	0,31%	1	0,26%	2	0,28%
Total geral	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 20: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

Quando segmentados pela variável "Ano Escolar", nota-se um dado curioso: à medida que os alunos vão crescendo, o percentual daqueles que continuam ganhando mesada vai diminuindo visivelmente, como pode ser observado no gráfico e tabela na sequência.

O resultado esperado desta questão era justamente o contrario, ou seja, à medida que o filho vai crescendo e adquirindo mais responsabilidade, deixa de obter dinheiro com os pais quando quiser e passa a receber uma quantia fixa por período para enfrentar suas despesas pessoais e aprender a organizar seu orçamento.

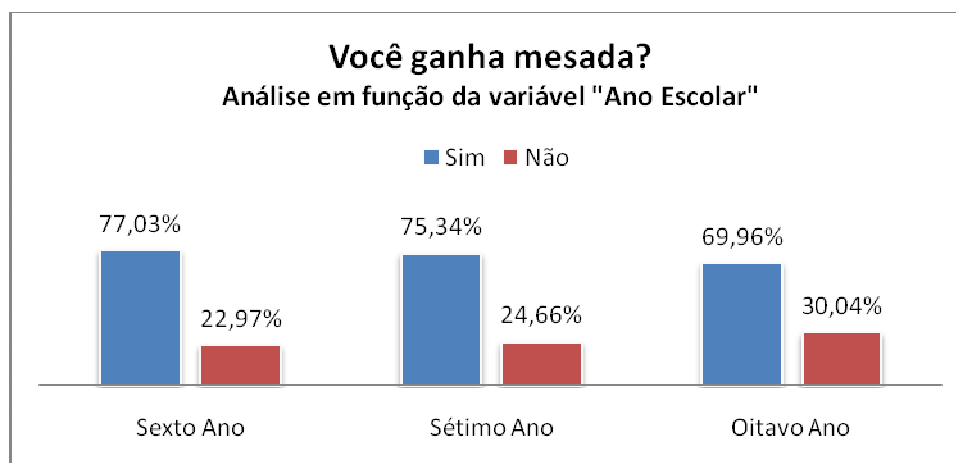


Gráfico 22: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Sim	161	77,03%	168	75,34%	191	69,96%	520	73,76%
Não	48	22,97%	55	24,66%	82	30,04%	185	26,24%
Total geral	209	100,00%	223	100,00%	273	100,00%	705	100,00%

Tabela 21: Questão nº 9 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

A décima questão visou obter dos entrevistados que afirmaram receber mesada, o percentual de dinheiro poupado. A pergunta foi apresentada na seguinte formatação: "Você poupa alguma parte da sua mesada?"

Permitiu aos entrevistados três alternativas de resposta, que foram "Não, gasto toda a minha mesada", "Sim, menos da metade" e "Sim, mais da metade".

Uma parcela de optantes pela alternativa "Não" na questão anterior não obedeceu à instrução do questionário, não sendo estas respostas consideradas para o cálculo dos percentuais obtidos na questão, pois o objetivo da mesma era identificar, apenas entre os que recebem mesada, o percentual de dinheiro poupado.

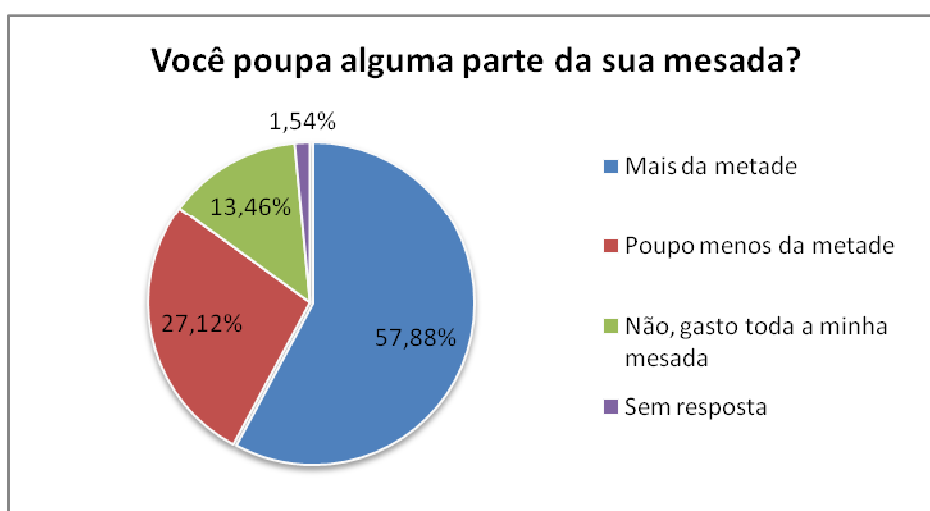


Gráfico 23: Questão nº 10 - Percentual global

Fonte: Dados primários

	Total	Percentual
Mais da metade	301	57,88%
Poupo menos da metade	141	27,12%
Não, gasto toda a minha mesada	70	13,46%
Sem resposta	8	1,54%
Total geral	520	100,00%

Tabela 22: Questão nº 10 - Percentual global
Fonte: Dados primários

Quando separados pela variável "sexo", percebe-se claramente que as meninas têm um perfil de consumo mais agressivo no sentido de poupar uma menor parcela da mesada recebida, embora o percentual daqueles que gastam toda a mesada seja parecido para ambos os sexos.

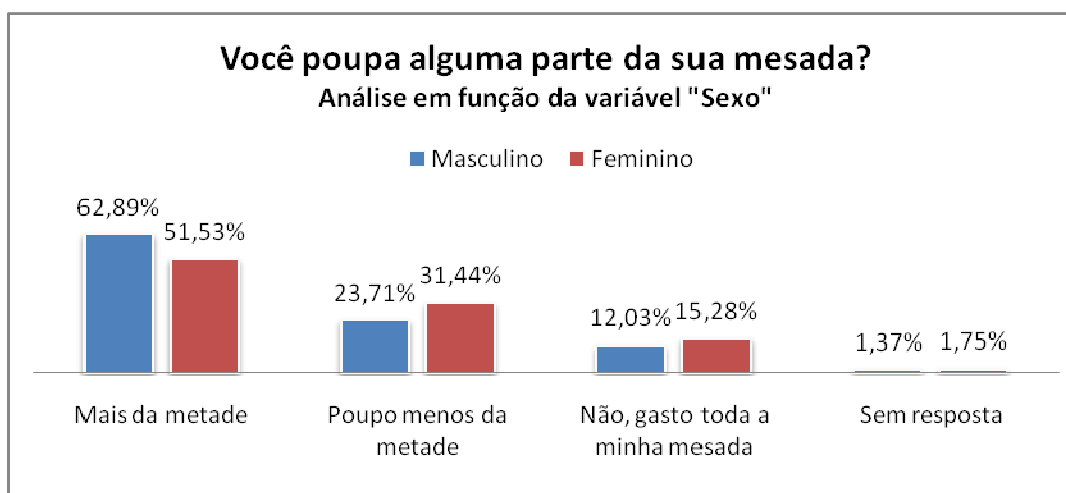


Gráfico 24: Questão nº 10 - Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

	Masculino		Feminino		Total	%
	Total	%	Total	%		
Mais da metade	183	62,89%	118	51,53%	301	57,88%
Poupo menos da metade	69	23,71%	72	31,44%	141	27,12%
Não, gasto toda a mesada	35	12,03%	35	15,28%	70	13,46%
Sem resposta	4	1,37%	4	1,75%	8	1,54%
Total geral	291	100,00%	229	100,00%	520	100,00%

Tabela 23: Questão nº 10 - Análise em função da variável "Sexo"
Fonte: Dados primários

Quando divididos pelo ano cursado, existe uma tendência acentuada de consumo com o passar dos anos. Pode-se observar que o percentual daqueles que gastam toda a mesada vai crescendo gradativamente à medida que o aluno vai ficando mais velho.

É notável também a diminuição do percentual daqueles que poupam mais da metade da mesada há um crescimento claro de aproximadamente 10% dos oitavos anos em relação aos sextos, entre aqueles que poupam menos da metade da mesada.

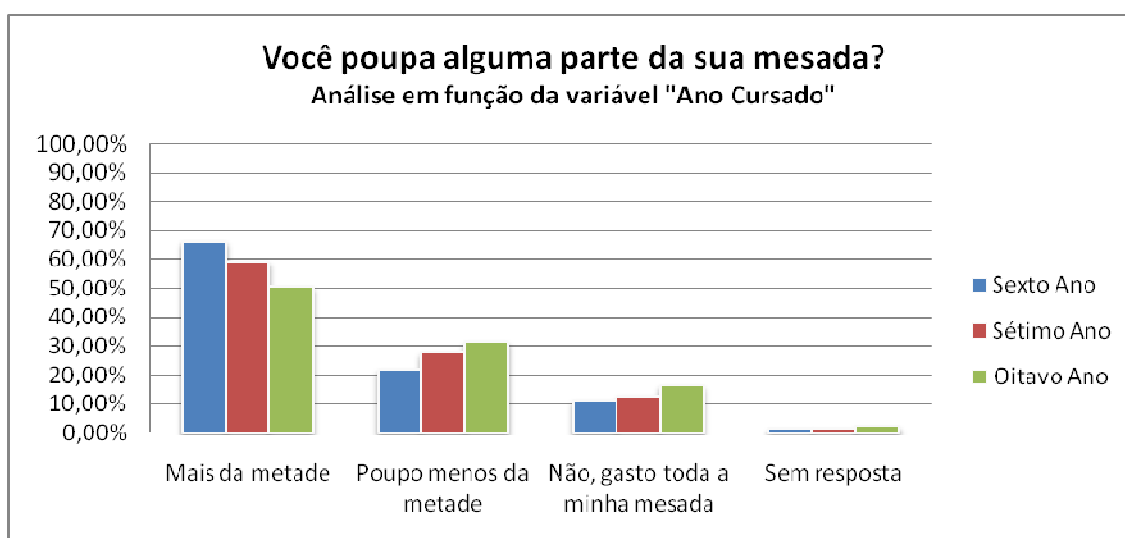


Gráfico 25: Questão nº 10 - Análise em função do Ano Escolar

Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Mais da metade	106	65,84%	99	58,93%	96	50,26%	301	57,88%
Poupo menos da metade	35	21,74%	46	27,38%	60	31,41%	141	27,12%
Não, gasto toda a minha mesada	18	11,18%	21	12,50%	31	16,23%	70	13,46%
Sem resposta	2	1,24%	2	1,19%	4	2,09%	8	1,54%
Total geral	161	100,00%	168	100,00%	191	100,00%	520	100,00%

Tabela 24: Questão nº 10 - Análise em função do Ano Escolar

Fonte: Dados primários

A décima primeira questão visou identificar em que ponto da vida os alunos consideram importante começar a preocupar-se com questões relacionadas com a aposentadoria. A pergunta foi apresentada aos alunos na seguinte formatação: "Na sua opinião, a partir de qual idade a pessoa deve começar a se preocupar com sua aposentadoria?"

Para respondê-la, os alunos possuíam quatro alternativas de resposta: "Desde o primeiro emprego", "Trinta a quarenta anos de idade", "Quarenta a

cinquenta anos de idade” e “Cinquenta anos ou mais”. O índice de não resposta da questão ficou em aproximadamente 1%, o que é irrelevante em relação ao resultado final.

Os resultados obtidos encontram-se ilustrados na questão abaixo:

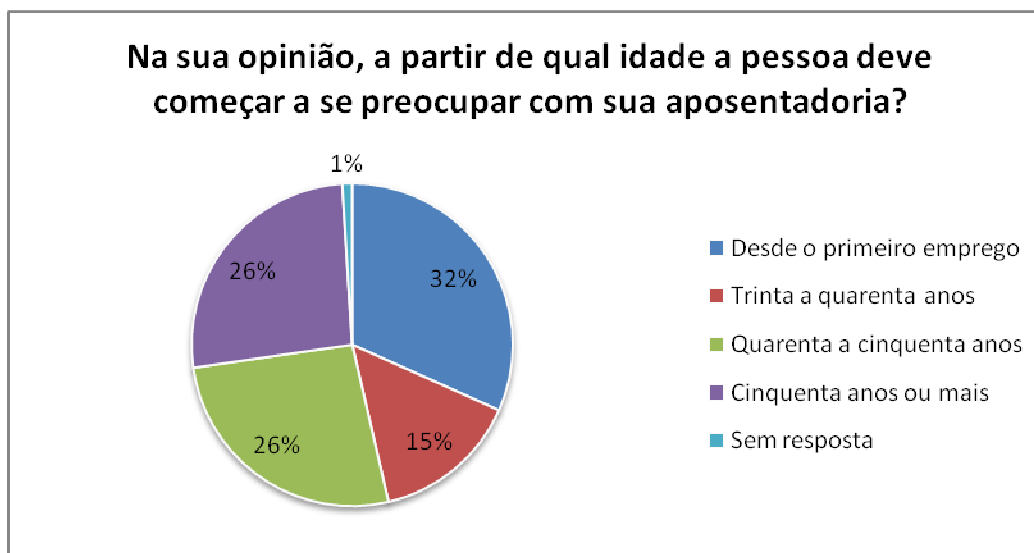


Gráfico 26: Questão nº 11 - Percentual global

Fonte: Dados primários

Alternativas	Total	Percentual
Desde o primeiro emprego	224	31,68%
Trinta a quarenta anos	104	14,71%
Quarenta a cinquenta anos	186	26,31%
Cinquenta anos ou mais	186	26,31%
Sem resposta	7	0,99%
Total geral	707	100,00%

Tabela 25: Questão nº 11 - Percentual global

Fonte: Dados primários

Como pode ser observado, o maior índice de escolha entre os entrevistados, com 31,68%, foi a alternativa “Desde o primeiro emprego”.

O resultado obtido correspondeu em parte ao esperado pelo pesquisados antes da aplicação dos questionários, que seria esta alternativa com o maior índice de escolha, porém com um percentual significativamente maior que a metade dos alunos, demonstrando uma preocupação desde cedo por parte dos mesmos com a provisão da aposentadoria.

Entretanto, mais da metade dos alunos entrevistados – aproximadamente 52% - consideram que o indivíduo deve começar a preocupar-se com sua aposentadoria a partir de quarenta anos de idade ou mais, ou seja, não possuem a cultura de uma provisão de rendimentos desde cedo visando o período em que não tiverem mais condições de desenvolver alguma atividade profissional.

Quando divididos pela variável “sexo”, conforme observado no gráfico e na tabela em seqüência, as alunas entrevistadas, embora tendo apresentado um índice similar aos respondentes do sexo masculino na escolha da alternativa “Desde o primeiro emprego”, tiveram um percentual inferior de escolha das alternativas referentes a idades mais avançadas, como “Quarenta a cinquenta anos” ou “Cinquenta anos ou mais”. Isto pode ser justificado pelo maior índice de resposta do sexo feminino na alternativa “Trinta a quarenta anos”.

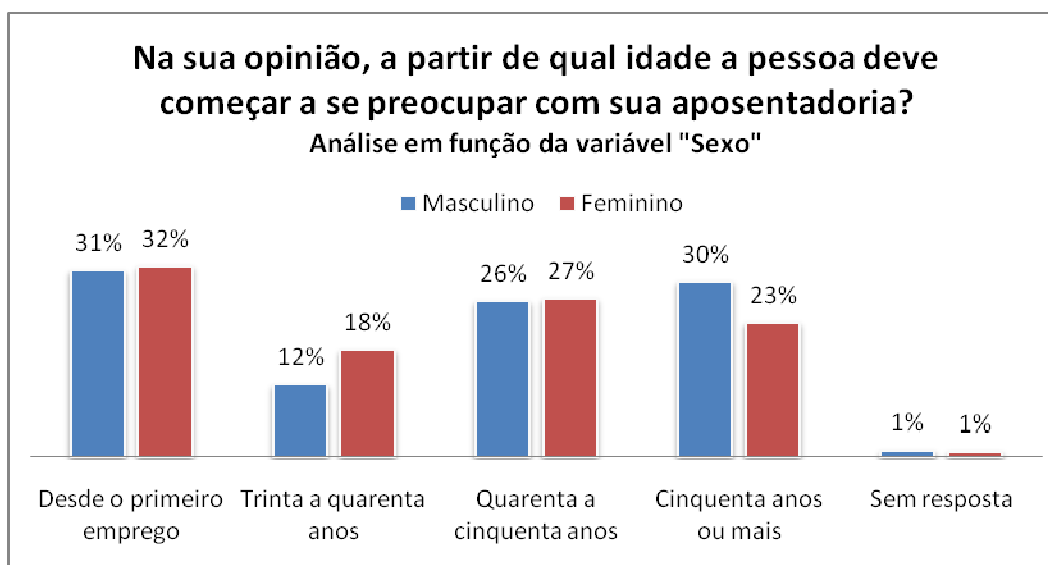


Gráfico 27: Questão nº 11 - Análise em função da variável "Sexo"

Fonte: Dados primários

	Feminino		Masculino		Total	Percentual
	Total	Percentual	Total	Percentual		
Desde o primeiro emprego	104	32,10%	120	31,33%	224	31,68%
Trinta a quarenta anos	58	17,90%	46	12,01%	104	14,71%
Quarenta a cinqüenta anos	86	26,54%	100	26,11%	186	26,31%
Cinqüenta anos ou mais	73	22,53%	113	29,50%	186	26,31%
Sem resposta	3	0,93%	4	1,04%	7	0,99%
Total geral	324	100,00%	383	100,00%	707	100,00%

Tabela 26: Questão nº 11 - Análise em função da variável "Sexo"
 Fonte: Dados primários

Quando divididos pela variável “ano escolar”, o gráfico e a tabela a seguir mostram informações importantes.

Percebe-se que o índice de resposta à alternativa “Desde o primeiro emprego encontra-se em crescimento acentuado à medida que o aluno vai ficando mais velho. Isto pode ser explicado por possuir um maior entendimento com o passar dos anos, desenvolvendo uma maior responsabilidade em relação à provisão dos recursos que possui.

As alternativas “Trinta a quarenta anos” e “Quarenta a cinqüenta anos”, respondidas pelos alunos de diferentes anos escolares, não possuíram um comportamento que permitisse alguma conclusão a respeito da variação de suas porcentagens.

Já, na alternativa “Cinqüenta anos ou mais”, é observado um grande decréscimo à medida que o aluno vai ficando mais velho, correspondendo também a uma maior conscientização do que a aposentadoria significa na vida do trabalhador.

Portanto, esta questão mostra que, quanto mais experiência de vida o aluno vai adquirindo, maior é sua tendência em se preocupar com aposentadoria com uma idade menor, o que vai ao encontro com o resultado esperado pelo pesquisador antes da aplicação dos questionários.

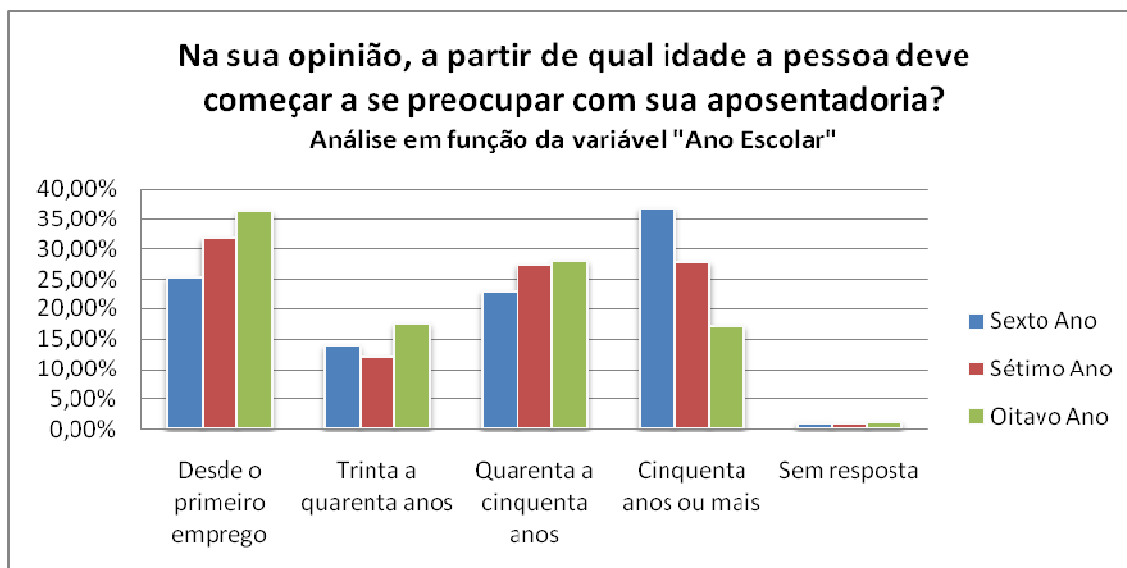


Gráfico 28: Questão nº 11 - Análise em função do Ano Escolar
Fonte: Dados primários

	Sexto Ano		Sétimo Ano		Oitavo Ano		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Desde o primeiro emprego	53	25,3%	71	31,8%	100	36,4%	224	32,2%
Trenta a quarenta anos	29	13,9%	27	12,1%	48	17,4%	104	14,9%
Quarenta a cinquenta anos	48	22,9%	61	27,4%	77	28,0%	186	26,5%
Cinquenta anos ou mais	77	36,9%	62	27,8%	47	17,1%	186	25,4%
Sem resposta	2	1,0%	2	0,9%	3	1,1%	7	1,0%
Total geral	209	100,0%	223	100,0%	275	100,0%	707	100,0%

Tabela 27: Questão nº 11 - Análise em função do Ano Escolar
Fonte: Dados primários

9 Material Proposto

Quando ganhamos a primeira mesada ou salário, a primeira pergunta que vem às nossas cabeças é: “O que fazer com o dinheiro?”

Aí então, decidimos a maneira como vamos gastá-lo, em função das coisas que desejamos comprar ou fazer.

Porém, na hora de gastá-lo, sofremos com outra dúvida cruel: “Devo poupar este dinheiro ou comprar o que eu quero? Quando devo começar a investir? Quanto investir? Como investir? Onde investir? É cedo para pensar em aposentadoria?”

As respostas para estas e outras perguntas você vai encontrar na seqüência deste manual.

Começaremos pela Origem do Dinheiro. Desta forma, você verá que durante os Séculos a economia foi se tornando mais complexa, porém as mesmas pessoas ou instituições envolvidas antigamente continuam existindo, só que com nomes diferentes. Vejamos.

A Origem do Dinheiro

Imagine que você é um agricultor. Neste ano sua colheita de feijão superou as expectativas e você então decidiu comprar um carro novo.

Depois de escolher o modelo dos seus sonhos, você leva à concessionária mais de mil sacas de feijão para fazer o pagamento.

Estranho né? O que o dono da concessionária faria com tanto feijão? Realmente não faz o menor sentido.

A moeda foi criada justamente para isso: facilitar as transações comerciais e evitar o escambo, que é a simples troca de mercadorias, como observamos no exemplo acima.

Os primeiros registros de moedas datam de 600 a.C. Elas foram encontradas no Templo de Ártemis, na antiga Grécia (hoje Turquia), possuíam formato ovular e eram feitas de uma liga chamada eletro, composta de ouro e prata e exibiam a cabeça de um leão.

Mais tarde, o império romano adotou três diferentes tipos de materiais para a cunhagem das moedas: *sestercius* (bronze), *denarius* (prata) e *aureus* (ouro) e estampavam o rosto de seus imperadores em sua face.

O valor representado pelas moedas na antiguidade estava diretamente relacionado à escassez e dificuldade em obtê-las.

Ou seja, aqueles que possuíam mais recursos passaram a guardá-los e remunerar seus funcionários em moeda, difundindo cada vez mais este

Portanto, concluímos que as três principais funções da moeda são: ser um instrumento de troca, servir como medida de valor e facilitar a reserva de riquezas.

Conceitos básicos do Planejamento Financeiro

Planejar é fazer planos... olhar para o futuro... decidir como você vai gastar o dinheiro no futuro, que pode ser próximo, como amanhã por exemplo, ou quando tiver 60 anos e estiver se aposentando.

Portanto, para que seu planejamento dê certo, você deve seguir alguns conselhos:

- Gastar menos do que ganha;
- Planejar suas compras, onde e como usar o seu dinheiro;
- Manter um padrão de vida adequado ao dinheiro que você ganha;
- Pensar no longo prazo, ou seja, anos à frente;

Para que seu planejamento futuro dê certo, você necessariamente precisa entender dos tópicos que serão abordados a seguir:

Juros

Para quem está investindo, juros altos são ótimos, pois proporcionam um retorno muito bom para o seu dinheiro. Ou seja, com a mesma quantia investida, o investidor consegue um lucro maior.

Já para quem está precisando de dinheiro, juros altos tornam o empréstimo ou financiamento mais caro.

Exemplo 1: Hoje é o primeiro dia do mês e Pedrinho foi ao banco pegar um empréstimo de R\$ 100,00.

No final do mês, quando ele devolver os R\$ 100,00 ao banco, se a taxa de juros for de 5% ao mês, ele terá que devolver R\$ 105,00. Agora, supondo que a taxa de juros fosse de 3% ao mês, então ele só teria que devolver R\$ 103,00.

A taxa básica de juros aplicada no Brasil chama-se Taxa Selic e é definida nas reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária), do Banco Central e a definição desta taxa é baseada em vários fatores, como inflação, desemprego, cotação de moedas estrangeiras como Dólar e Euro, entre outros.

Resumindo, juros são:

- o valor que você paga pelo “aluguel” do dinheiro de outra pessoa ou instituição;

ou

- o valor que você recebe por “alugar” seu dinheiro para outra pessoa.

Inflação

A definição básica de inflação é a perda do poder de compra. Ou seja, com a mesma quantia de dinheiro você pode comprar menos do que podia há um mês, por exemplo.

Isto ocorre normalmente por dois motivos. Pense comigo... faz sentido!

1º - A população está com muito dinheiro e as empresas não conseguem acompanhar o ritmo de consumo, então aumentam os preços para que não falem produtos na prateleira, porque sabem que a procura é grande.

2º - O Banco Central do país emite mais cédulas do que a riqueza que o país possui. Então, como há muito dinheiro disponível, ele perde seu valor de compra e os produtos ficam mais caros.

A inflação é medida por índices, que são elaborados por instituições que fazem pesquisas mensais para elaborá-los.

Os principais índices de inflação do Brasil são:

Código	Índice	Instituição
IGP	Índice Geral de Preços	Fundação Getúlio Vargas
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado	Fundação Getúlio Vargas
IPC	Índice de Preços do Consumidor	F.I.P.E.
ICV	Índice do Custo de Vida	DIEESE
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor	I.B.G.E.
IPCA	Índice Nac. de Preços ao Consum. - Amplo	I.B.G.E.

Bancos e Instituições Financeiras

São entidades que foram criadas com o objetivo de guardar o dinheiro das pessoas até o dia em que elas precisarem.

Estas instituições tiveram seu início na Idade Média e se chamavam “casas de custódia”, e seus donos normalmente eram os ourives, os artesãos do ouro. O cidadão guardava lá suas moedas e recebia o recibo em papel da quantia depositada, o que lhe servia de comprovante quando fosse retirar o dinheiro.

Com o grande acúmulo de moedas, as casas de custódia passaram a realizar também operações de câmbio e de crédito, emprestando o dinheiro que estava lá aplicado para outras pessoas.

Veja abaixo os exemplos destas operações:

- Exemplo de operação de câmbio: a família do Sr. Norberto vai viajar para a Europa, porém a moeda utilizada naquele continente é o Euro. Então, antes de viajar, ele vai a um banco trocar seus Reais por Euros, observando a cotação das duas moedas naquele dia.

- Exemplo de operação de crédito: a família Silva vai comprar uma casa nova, que custa R\$ 100.000,00. Porém, como não possuem todo o dinheiro

para pagá-la à vista, vão a uma instituição financeira para fazer um financiamento, ou seja, o banco empresta os R\$ 100.000,00 na hora e divide a dívida em parcelas, que serão pagas com juros.

Pense comigo: se as casas de custódia emprestassem as moedas depositadas pelas pessoas a outros, não poderiam garantir o resgate imediato se eles quisessem o dinheiro de volta.

Então tiveram uma grande idéia! Criaram o papel moeda, emitido para representar a quantidade de moedas que estavam guardadas na casa de custódia e que era aceito pelos comerciantes que confiavam naquela instituição.

Notou alguma semelhança com as cédulas de dinheiro que usamos hoje em dia?

As moedas estrangeiras, por exemplo, são aceitas porque quem as recebe tem a certeza de que poderá trocá-las por mercadorias ou por moedas nacionais.

Por isso, dizemos que o dinheiro ou a moeda devem possuir três funções básicas: instrumento de troca, medida de valor e reserva de valor.

- Instrumento de troca: para comprar um computador de R\$ 1.000,00 precisamos de dez cédulas de R\$ 100,00 ao invés de cem sacos de feijão. Lembra do exemplo do agricultor?

- Medida de valor: Uma nota de R\$ 1,00 tem valor igual a uma latinha de refrigerante, que por sua vez tem o valor de 1 kg de tomate.

- Reserva de valor: Facilita a armazenagem do patrimônio. Tenho, por exemplo, um patrimônio de R\$ 100.000,00. Posso armazená-lo facilmente com 1.000 notas de R\$ 100,00.

Investimentos em Renda Fixa

A grande diferença entre estes títulos é a maneira como a renda é fixada, podendo eles ser: pré-fixados ou pós-fixados.

Comprando títulos pré-fixados, o investidor já sabe a taxa de rendimento que o título terá durante o tempo em que o dinheiro estiver aplicado.

Portanto, a hora ideal para investimento em títulos pré-fixados é quando os juros estão em queda, pois o investidor já terá garantido sua rentabilidade no ato da contratação e não correrá risco do seu dinheiro render menos sem os juros caírem.

Os títulos pós-fixados têm normalmente a remuneração vinculada ao desempenho da taxa DI (depósitos interbancários), ou tomam como base algum índice de inflação, como o IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo), por exemplo. Desta forma, o investidor só conhecerá a rentabilidade do seu investimento depois de divulgados os índices de rentabilidade dos títulos são indexados. Desta forma, investidores mais conservadores que desejam apenas proteger seu capital do movimento inflacionário ou de juros são os que normalmente optam por este tipo de investimento (CERBASI, 2008).

Caderneta de Poupança

A poupança foi criada por D. Pedro II com o objetivo de ser uma reserva monetária para as camadas mais pobres da população. Regulada pelo Banco Central do Brasil, é a forma de investimento mais difundida no país.

Investimento em Ações

Você já ouviu falar na televisão que as ações da Petrobrás subiram 2%? Ou que a bolsa de valores de Nova York fechou em queda de 1,5%? Repare nos noticiários que diariamente são passadas notícias sobre as ações.

Se você ainda não entende muito sobre isso, vamos passo a passo.

As ações são a menor fração do capital de uma empresa. São negociadas por meio de um canal de aproximação entre compradores e vendedores, que é a Bolsa de Valores. No Brasil ela se chama BM&FBovespa.

A função principal das bolsas de valores é a ligação entre os

investidores, ou seja, aqueles que possuem ações de alguma empresa e aqueles que desejam investir seu dinheiro.

Você deve estar se perguntando: “Por que as pessoas investem em ações de uma empresa?”

As pessoas investem em ações de uma empresa esperando que ela cresça e gere lucros. Com isso, o valor de cada ação da empresa subirá e o investidor ganhará dinheiro com isso.

Por exemplo: Comprei 100 ações da Petrobrás ano passado. Neste ano surgiu a notícia de que a empresa achou uma reserva petrolífera imensa. Todos criam a expectativa de que ela ganhará muito dinheiro com isso no futuro, então suas ações sobem.

A outra forma de ganhar dinheiro com ações é pelo recebimento dos seus dividendos. Quando a empresa gera lucros, ela é obrigada a destinar no mínimo 1/4 do seu lucro líquido aos seus acionistas.

Então, voltando ao exemplo da Petrobrás, supomos que ao final deste ano ela lucrou 8 bilhões de Reais por ter explorado aquela nova reserva petrolífera. Ou seja, 2 bilhões de Reais serão distribuídos entre os acionistas na forma de dividendos.

O investidor que quiser investir no mercado de ações precisa procurar uma Corretora de Valores. Nestas instituições trabalham os corretores de ações, que são responsáveis por fazer o intermédio entre o investidor e a Bolsa de Valores.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda é um tributo pago ao Governo Federal sobre o dinheiro ganho pelo cidadão durante o ano fiscal, que vai do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro.

Dependendo do salário que recebe, o cidadão paga um percentual maior ou menor ao Governo, baseado na tabela do Imposto de Renda do ano vigente. A tabela para o ano de 2009 é a seguinte:

Faixa de Rendimento	Alíquota (%)
Até R\$ 1.434,00	Isento
De R\$ 1.434,01 a R\$ 2.150,00	7,5
De R\$ 2.150,01 a R\$ 2.866,00	15
De R\$ 2.866,00 a R\$ 3.582,00	22,5
Acima de R\$ 3.582,00	27,5

Por exemplo: Fábio ganha R\$ 4.000,00 por mês. Como seria calculado seu imposto de renda? Vamos lá ... fazendo uma tabelinha fica mais fácil!

Faixa de Rendimento	Valor x Alíquota	Imposto a Pagar
Até R\$ 1.434,00	1.434,00 x 0,0%	Nada
De R\$ 1.434,01 a R\$ 2.150,00	716,00 x 7,50%	R\$ 53,70
De R\$ 2.150,01 a R\$ 2.866,00	716,00 x 15,0%	R\$ 107,40
De R\$ 2.866,00 a R\$ 3.582,00	716,00 x 22,5%	R\$ 161,10
Acima de R\$ 3.582,00	418,00 x 27,5%	R\$ 114,95
Imposto de Renda a pagar:		R\$ 437,15

Como podemos observar acima, pessoas que têm renda mensal inferior a R\$ 1.434,00 estão isentas do pagamento do Imposto de Renda.

O preenchimento das faixas de rendimento na tabela acontece de cima para baixo, portanto, quanto maior o salário do cidadão, maior será o valor da alíquota de imposto que ele pagará.

Previdência

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) é o responsável pelo sistema público de previdência dos brasileiros. Todos os trabalhadores

brasileiros têm a opção da contribuição mensal de um percentual do seu salário referente à futura aposentadoria.

Depois de 35 anos de contribuição ou 65 anos de idade, para os homens, ou 30 anos de contribuição ou 60 anos de idade, para as mulheres, o trabalhador então tem direito de entrar com o processo de aposentadoria e receber um salário mensal do governo.

Para alguns cargos, o tempo de contribuição pode variar dependendo de fatores como a insalubridade (perda de saúde no exercício da profissão), por exemplo.

A previdência privada consiste basicamente em dois tipos de produto: o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Estes planos são oferecidos por bancos e instituições financeiras e se diferenciam pelo regime de tributação, ou seja, a forma que o imposto é recolhido.

Parte Prática

Agora, já que estamos sabendo bem de finanças, é hora de apresentá-lo algumas tabelas que vão ajudá-lo na hora de planejar como gastar sua mesada. Preste atenção no exemplo de fluxo de caixa a seguir:

FLUXO DE INGRESSOS E DESEMBOLSOS DO PEDRINHO – JANEIRO/XX

	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
		Início	1	2	3	4	5
		80,00	77,00	99,00	96,00	93,00	
			3,00	25,00 3,00	3,00	3,00	
6		7	8	9	10	11	12
		25,00 3,00	25,00 3,00	25,00 3,00	25,00 3,00	25,00 3,00	
		90,00	87,00	109,00	106,00	103,00	
13		14	15	16	17	18	19
		3,00	3,00	25,00 3,00	3,00	3,00	
		100,00	97,00	119,00	116,00	113,00	
20		21	22	23	24	25	26
		3,00	3,00	25,00 3,00	3,00	3,00	
		110,00	107,00	129,00	126,00	123,00	
27		28	29	30	31	31	
		3,00	3,00	25,00 3,00	3,00		
		120,00	117,00	139,00	136,00	136,00	

Como podemos observar no exemplo acima, este método é baseado no calendário do mês a ser planejado e cada dia possui três campos a serem preenchidos. O ideal é que sejam usadas canetas de três cores, como azul, vermelho e preto. Em cada dia do mês é possível registrar as entradas (em azul) e saídas (em vermelho), fechando o saldo final que vai sendo atualizado dia a dia. É recomendável que se anote no verso da folha qual foi o destino da saída ou a origem da entrada no determinado dia.

Observe a representação ao lado:

DIA DO MÊS	ENTRADA (Azul)	SAÍDA (Vermelho)
	SALDO FINAL DO DIA	

No caso do fluxo de caixa do Pedrinho, foi considerado que ele recebia R\$ 25,00 de seus pais semanalmente às quartas feiras e todo dia gastava R\$ 3,00 com seu lanche na escola.

FLUXO DE CAIXA TRIMESTRAL

	JAN	FEV	MAR
Saldo Inicial do mês			
Minhas aplicações (poupança, cofrinho, etc.)			
<u>1- Receitas</u>			
Receita 1			
Receita 2			
SOMATÓRIO DAS RECEITAS			
<u>2- Despesas</u>			
Despesa 1			
Despesa 2			
SOMATÓRIO DAS DESPESAS			
<u>3- Resultado do mês (= Receitas – Despesas)</u>			
<u>Saldo Início do mês + Resultado do mês</u>			
<u>Saldo Total no final do mês</u> (será transportado para o Saldo inicial do mês seguinte)			

Esta outra ferramenta de planejamento demonstrada acima faz uma soma vertical de todas as receitas e despesas planejadas para o mês, o que lhe possibilita planejar quanto pode gastar durante o mês com cada coisa para que seu resultado do mês ainda seja positivo.

Cuidado! Quando o Resultado do mês aparece negativo é um sinal de que você está gastando mais do que ganha, o que no futuro pode lhe trazer dívidas e preocupações. Portanto, planeje suas despesas para que seu resultado final seja sempre positivo.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL DA FAMÍLIA SILVA 31/12/2009

ATIVO		PASSIVO EXIGÍVEL	
<u>Curto Prazo</u>		<u>Curto Prazo</u>	
Caixa em conta corrente	R\$ 6.000,00	Financiamento Apartamento (parcelas a vencer em 2010)	R\$ 12.000,00
<u>Longo Prazo</u>		<u>Longo Prazo</u>	
F.G.T.S.	R\$ 14.000,00	Financiamento Apartamento (37 parcelas restantes)	R\$ 37.000,00
<u>Permanente ou Imobilizado</u>		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Carro Popular	R\$ 20.000,00	Ativo - Passivo Exigível	R\$ 71.000,00
Apartamento	R\$ 80.000,00		
TOTAL	R\$ 120.000,00	TOTAL	R\$ 120.000,00

A ferramenta apresentada acima é bem diferente das duas anteriores, pois indica o patrimônio total que você possui e qual parcela dele ainda está devendo para outros.

O Balanço Patrimonial é composto por dois lados, como podemos observar, sendo que o lado direito é chamado de Ativo e representa todas as coisas que você tem, não importando se já pagou ou não.

O lado esquerdo é chamado de Passivo e se divide em dois grupos: o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido.

Agora o mais importante: o total dos dois lados deve necessariamente ser igual! O motivo será visto a seguir:

- Passivo Exigível: representa tudo aquilo que você deve aos outros, ou seja, que os outros ainda irão exigir de você o pagamento. Normalmente é dividido em Curto Prazo, que são aquelas dívidas que vencerão ainda neste ano, e Longo Prazo, que representa dívidas que serão pagas mais a frente, como no caso dos financiamentos de carros e apartamentos que geram inúmeras parcelas.

Como observamos no exemplo, a família Silva possui um apartamento no valor de R\$ 80.000,00, porém ele ainda não está totalmente quitado.

O Balanço patrimonial nos mostra que eles terão que desembolsar R\$ 12.000,00 para quitar as parcelas a vencer ainda neste ano e mais R\$ 37.000,00 para quitar as parcelas que vencem além deste período.

- Patrimônio Líquido: representa a sua riqueza, ou seja, tudo aquilo que você tem e já pagou. Vemos que o carro popular que a família possui, por exemplo, não se encontra no Passivo Exigível, portanto já foi completamente pago. Por este motivo, o valor de 20.000,00 corresponde a uma fatia do Patrimônio Líquido da família.

CONCLUSÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL:

“tudo o que eu tenho é igual a tudo o que eu já paguei mais o que ainda falta pagar”.

ATIVO	(TUDO O QUE EU TENHO)
=	(É IGUAL A)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(TUDO O QUE EU JÁ PAGUEI)
+	(MAIS)
PASSIVO EXIGÍVEL	(O QUE AINDA FALTA PAGAR)

10 Considerações Finais

O trabalho atingiu seu objetivo geral ao propôr um material de ensino de Educação Financeira para uma faixa etária da população que não é abordada pelos métodos de ensino já existentes, pois normalmente englobam a educação financeira na época da alfabetização ou na idade adulta.

Os objetivos específicos também foram alcançados, pois foi identificado o conceito pessoal dos alunos dos sextos, sétimos e oitavos anos do Colégio Catarinense a respeito das finanças pessoais e da importância da Educação Financeira na vida do indivíduo. Os resultados foram obtidos por meio de censo, onde os setecentos e sete alunos dos sextos, sétimos e oitavos anos matriculados na instituição puderam responder ao questionário proposto, trazendo assim maior confiabilidade e robustez aos dados obtidos nela.

Com base nos resultados obtidos, o método de ensino pode ser direcionado à real necessidade dos alunos em relação ao tema.

Depois de analisados, os dados obtidos mostraram um grande interesse dos alunos sobre o assunto, provado pelo percentual de não resposta de todas as questões sendo igual ou menor que 1%. Porém, deve ser ressaltado que, se não tiverem contato desde a infância, aos poucos vão perdendo o interesse pela ampliação do leque de conhecimento. Foi demonstrado na pesquisa que os alunos dos oitavos anos obtiveram, mesmo que com pequena diferença, os piores percentuais de interesse e a maior incidência de não resposta às questões propostas.

Na fundamentação teórica, os fatos históricos da economia global, pontuados com base em autores de renome, identificaram alguns dos acontecimentos marcantes que fizeram as gerações, com o passar dos anos, aprenderem com suas experiências os melhores métodos de provisão visando um padrão descente de vida e uma aposentadoria confortável e digna.

Como demonstrado no material proposto, as pessoas devem ter economias superavitárias, ou seja, gastarem menos do que ganham. Este é o princípio básico para uma rotina com menor preocupação se o dinheiro será ou

não suficiente até o final do mês e facilita também o acúmulo de recursos visando desfrutá-lo futuramente com viagens, lazer ou a própria aposentadoria.

Halfeld (2008) cita o escritor americano Benjamin Franklin, em uma frase que diz: “um centavo poupado é igual a um centavo ganho”.

Esta afirmação confirma o que foi citado diversas vezes no estudo de que a poupança dos recursos no momento atual proporciona uma compensação futura podendo ser altamente reajustada, dependendo da opção de investimento escolhida.

Por fim, este estudo visa incentivar a discussão e a produção de materiais ligados às finanças pessoais para o público pré-adolescente em diante, para que quando ganhem seus primeiros salários, evitem cometer os mesmos erros e deslizes que talvez suas gerações passadas tenham cometido, sem ter tido a oportunidade de alertá-los.

O estudo se encerra com a afirmação de Halfeld (2008), demonstrando seu ponto de vista ao analisar o comportamento da população em relação à poupança: “Poupar é importante para qualquer indivíduo e para qualquer nação que deseja se livrar da pobreza. Saber investir os recursos poupados é essencial tanto para o indivíduo quanto para a economia de um país”.

Referências

- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999.
- BUFFET, Mary; CLARK, David. **O TAO de Warren Buffet**. São Paulo: Sextante, 2007.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caixa FIC Capital RF LP**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Investimentos/fundos/fundos_de_renda_fixa/fi_capital/index.asp>. Acesso em: 09.05.2009.
- , **História da Poupança**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/Voce/poupanca/historia.asp>>. Acesso em: 27.11.2008.
- CASTRO, Cláudio M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
- CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Investimentos Inteligentes: para conquistar e multiplicar seu primeiro milhão**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- FARO, Clóvis de. **Previdência Social: cidadania e provisão**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1993.
- FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: a História Financeira do Mundo**. São Paulo: Planeta, 2009.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 12. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo/SP: Pearson Addison Wesley, 2004.
- GROPELLI, A.A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**; tradução Célio Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.
- GIRARDI, Edson. **Inflação**. Disponível em <http://www.infoescola.com/economia/inflacao/>; Acesso em 28/09/2009.
- INFOMONEY – Portal de Finanças. Publicado em: 25/06/2007; Disponível em <http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?path=/suasfinancas/&codigo=417409>; Acesso em 09.11.2009.

-----. Publicado em: 09/10/2007; Disponível em:
http://fundacaobetel.com.br/templates/news/view.asp?codigo=832316&path=/s_uasfinancas/orcamento/familia/; Acesso em 04.11.2008.

-----. Publicado em: 19/02/2008; Disponível em
http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=943097&path=/s_uasfinancas/orcamento/familia/; Acesso em 12.11.2008.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon. **Filho Rico Filho Vencedor: Como preparar seu filho para ganhar dinheiro.** São Paulo: Campus, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 1985

MACEDO JR., Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MPAS (1999) **Histórico da Previdência Social.** Disponível em:
www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=443. Acessado em 12/08/2009.

MUSSEL, Rômulo. **O que é uma ação.** Publicado em 15 fev. 2009. Disponível em: <<http://blig.ig.com.br/mussel/2009/02/15/o-que-e-uma-acao/>>. Acesso em: 23.09.2009.

PASCHOARELLI, Rafael. **A Regra do Jogo: descubra o que não querem que você saiba no jogo do dinheiro.** São Paulo: Saraiva, 2007.

PRODANOV, Cléber Cristiano. **Manual de metodologia científica.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Alíquotas de Imposto de Renda.** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aliquotas/ContribFont.htm> Acessado em 22.09.2009.

SANVICENTE, Antonio Zorato; MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado de capitais e estratégias de investimento.** São Paulo: Atlas, 1988.

SILVA NETO, Lauro de Araújo. **Derivativos: definições, emprego e risco.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

TESOURO NACIONAL. **Títulos do Tesouro Direto.** Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/ Acesso em 04.09.2009.

TIBA, Içami. **Adolescentes: Quem Ama, Educa!.** São Paulo: Integrare, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2006.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 10. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 2004.

Apêndices



Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro Sócio-Econômico
 Departamento de Ciências da Administração
 Acadêmico: Leonardo Spyrides Boabaid Zupan

QUESTIONÁRIO – EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- 1- Sexo: Masculino Feminino
- 2- Qual Ano você está cursando? 6° 7° 8°
- 3- Você já conversou com seus parentes sobre algo relacionado a dinheiro? Sim Não
- 4- Você já leu ou ouviu falar de algum livro de Educação Financeira para sua faixa etária?
 Sim, já li. Sim, já ouvi falar Não
- Se sim, lembra-se do título? _____
- 5- Possui curiosidade em aprender mais sobre finanças? Sim Não
- 6- Qual a sua opinião a respeito do ensino de Educação Financeira nas escolas?
 Muito útil Útil Indiferente Inútil
- 7- Assinale quais das palavras abaixo você já ouviu em casa (conversa dos pais, televisão, internet, jornais) :
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Juros | <input type="checkbox"/> Variação cambial (por exemplo: cotação do Dólar) |
| <input type="checkbox"/> Bolsa de valores | <input type="checkbox"/> Poupança |
| <input type="checkbox"/> Aposentadoria | <input type="checkbox"/> Rentabilidade |
| <input type="checkbox"/> Previdência | <input type="checkbox"/> Planejamento Financeiro Pessoal |
| <input type="checkbox"/> Inflação | <input type="checkbox"/> Fluxo de caixa |
- 8- Quais das alternativas você considera um investimento? (marque quantas quiser)
- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Trocar seu carro por um novo | <input type="checkbox"/> Aposentadoria (Previdência Pública e Privada) |
| <input type="checkbox"/> Bolsa de valores | <input type="checkbox"/> Imóveis (casa, terreno, apartamento) |
| <input type="checkbox"/> Fazer uma festa de aniversário | <input type="checkbox"/> Imposto de Renda |
| <input type="checkbox"/> Poupança e renda fixa | <input type="checkbox"/> Estudos (escola, universidade, cursos de idiomas) |
| <input type="checkbox"/> Comprar um tênis novo | <input type="checkbox"/> Alimentação |
- 9- Você ganha mesada? (se você não ganha, pule para a pergunta 11)
- Sim Não
- 10- Você poupa alguma parte da sua mesada?
- Não, gasto toda a minha mesada
 Sim, poupo menos que a metade
 Sim, poupo mais da metade
- 11- Na sua opinião, a partir de qual idade a pessoa deve começar a se preocupar com sua aposentadoria?
- Desde o primeiro emprego 30 a 40 anos 40 a 50 anos 50 anos ou mais

Muito obrigado pela sua participação!

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências da Administração

Florianópolis, 04 de agosto de 2009.

AUTORIZAÇÃO

Eu, Leonardo Spyrídes Boabaid Zupan, acadêmico do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, venho desenvolvendo sob a orientação do Prof. Pedro Moreira Filho, Msc., um projeto de pesquisa acadêmica focado no ensino de educação financeira para alunos de quinta a sétima séries do Ensino Fundamental.

Para isto foi desenvolvido um questionário, visando detectar o grau de conhecimento e ambientação com o tema dos alunos desta faixa etária, das esferas de ensino particular, federal, estadual e municipal.

Pela tradição do Colégio Catarinense e por ter sido ex-aluno, entre os anos de 1998 e 2004, escolhi-o como minha primeira opção de pesquisa na categoria dos colégios particulares, por este motivo venho pedir autorização para a aplicação dos mesmos junto aos alunos.

Atenciosamente,

Leonardo Spyrídes Boabaid Zupan

Prof. Pedro Moreira Filho, Msc.
Professor Orientador

Colégio Catarinense